



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal do Norte de Minas Gerais
Centro de Referência em Educação a Distância

Pós-Graduação *Lato Sensu* em Administração Pública

Área de Conhecimento: Educação

**Montes Claros
2016**

Presidente da República

Michel Miguel Elias Temer Lulia

Ministro da Educação

José Mendonça Bezerra Filho

Secretário de Educação Profissional e Tecnológica

Eline Neves Braga Nascimento

Reitor

Prof. José Ricardo Martins da Silva

Pró-Reitor de Administração e Planejamento

Prof. Edmilson Tadeu Cassani

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional

Prof. Alisson Magalhães Castro

Pró-Reitor de Ensino

Prof. Ricardo Magalhães Dias Cardoso

Pró-Reitor de Extensão

Prof.^a Maria Araci Magalhães

Pró-Reitor de Pesquisa, Inovação Tecnológica e Pós-Graduação

Prof. Rogério Mendes Murta

Diretores Gerais de Campus

Campus Almenara – Prof. João Brálio Mendes Pereira Lima

Campus Araçuaí – Prof. Aécio Oliveira De Miranda

Campus Arinos – Prof. Elias Rodrigues De Oliveira Filho

Campus Avançado Janaúba - Prof. Fernando Barreto Rodrigues

Campus Avançado Porteirinha – Prof. Tarso Guilherme Macedo Pires

Campus Diamantina - Prof. Júnio Jáber

Campus Januária – Prof. Cláudio Roberto Ferreira Mont'alvão

Campus Montes Claros – Prof. Renato Afonso Cota Silva

Campus Pirapora – Prof^a. Joaquina Aparecida Nobre Silva Gomes

Campus Salinas – Prof. Wagner Patrício De Souza Junior

Campus Teófilo Otoni - Prof. Renildo Ismael Félix Da Costa

DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Diretor

Prof. Antônio Carlos Soares Martins

Coordenação de Ensino

Prof.^a Ramony Maria Da Silva Reis Oliveira

Coordenação de Administração

Alessandro Fonseca Câmara

**Projeto Adaptado do Projeto Nacional de Formação em Administração Pública,
elaborado por:**

Prof^a. Dra. Maria Aparecida da Silva – UFAL
(coordenação)

Prof. Dr. Dario de Oliveira Lima Filho – UFMS

Prof. Dr. Silvar Ribeiro – UnB

Prof. Dr. Anderson Castanha – UFJF Prof.

Dr. Marcos Tanure Sanabio - UFJF

SUMÁRIO

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO	05
2. APRESENTAÇÃO05
3. INTRODUÇÃO06
4. JUSTIFICATIVA08
5.. OBJETIVOS	11
5.1. Objetivos Gerais11
5.2. Objetivos Específicos	11
6. ORGANIZAÇÃO E NORMAS DE FUNCIONAMENTO DO CURSO	12
6.1. Período de realização	17
6.2. Carga horária	17
6.3. Número de vagas	17
6.4. Público-alvo	17
6.5. Períodos de Inscrição e matrícula	18
6.6. Critérios de seleção	18
6.7. Documentação	18
6.8. Matrícula	19
6.9. Infraestrutura	19
7. METODOLOGIA	21
8. A ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	27
9. EMENTÁRIO	27
9.1. Estruturação dos módulos	27
10. SISTEMAS DE AVALIAÇÃO	32
10.1. Avaliação da Aprendizagem	33
10.2. Avaliação de desempenho do Cursista	34
10.3. Características gerais de cada modalidade de avaliação	35
10.4. Estrutura de Monitoramento e Avaliação do curso	36
11. CONTROLE DE FREQUÊNCIA	37
12. CERTIFICAÇÃO	38
13. INDICADORES DE DESEMPENHO	39

13.1. Número de alunos a serem formados/ Índice médio de evasão permitido	40
13.2. Produção científica	40
13.3. Resultados Esperados	40
14. REFERÊNCIAS	41

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

- **Título do Curso:** Pós-Graduação Lato Sensu em Administração Pública
- **Área do Conhecimento:** Administração
- **Modalidade:** Educação a distância
- **Carga Horária:** 480 horas
- **Número de Vagas:** 100
- **Local de Funcionamento:** Diretoria de Educação a Distância – IFNMG- Montes Claros-MG
- **Período de Realização:** Primeiro Semestre de 2017
- **Duração:** 12 meses

2 APRESENTAÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais (IFNMG) foi criado em 29 de dezembro de 2008, pela Lei nº 11.892, através da integração do Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet) de Januária e da Escola Agrotécnica Federal de Salinas (EAF), instituições com mais de 50 anos de experiência na oferta da educação profissional. Atualmente, agrega sete Campi – Campus Almenara, Campus Araçuaí, Campus Arinos, Campus Januária, Campus Montes Claros, Campus Pirapora e Campus Salinas – e a Reitoria, sediada em Montes Claros.

O Instituto oferece cursos técnicos de nível médio (nas modalidades integrado, concomitante e subsequente ao ensino médio), presenciais e a distância, cursos técnicos PROEJA (educação de educação de jovens e adultos), FIC (formação inicial e continuada), cursos superiores (tecnologia, bacharelado e licenciatura) e pós-graduação. Também são ofertados cursos no âmbito do Programa Mulheres Mil e Bolsa-Formação do Pronatec (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego). Todos são inteiramente gratuitos.

3 JUSTIFICATIVA

Desde meados da década de 1990, a gestão pública no Brasil vem passando por transformações importantes, notadamente no que se refere à redefinição do papel do Estado nacional, em geral, e do papel desempenhado pelas três esferas de governo: União, estados- membros e municípios.

A partir da Constituição Federal de 1988, os estados e os municípios ganharam mais importância, assumindo diversas atividades antes desempenhadas pela União. Com a introdução de um Estado mais forte, porém menor, este reduz seu papel nacional-desenvolvimentista, que vigorou por meio século (ABRUCIO; COUTO, 1996; PINHO; SANTANA, 2001). Dentro da concepção neoliberal, a partir de 1990, a União passa a exercer as “verdadeiras” funções de Estado: regulação e indução.

Nesse sentido, os dois níveis governo subnacionais passam a assumir papéis complexos (antes exercido pela União), que exigem competências específicas de regulação e uma **nova gestão** de atividades essenciais, competências essas colocadas em segundo plano durante a fase desenvolvimentista. Segundo Pinho e Santana (2001), o esgotamento da capacidade de lidar com problemas complexos e extensos levou o governo central a transferir esses problemas para estados e municípios, sobretudo para os últimos, que adota o *welfarismo* municipal.

As políticas de saúde pública e de educação, por exemplo, ganham força no município com a organização do Sistema Único de Saúde (SUS) e com a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), respectivamente. Em 2007, este foi ampliado para incluir a educação infantil e o ensino médio, sendo transformado em Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).

Diante desse cenário, estados e municípios tiveram de redesenhar sua estrutura organizacional para se adequar aos novos papéis que lhes foram impostos (ABRUCIO; COUTO, 1996; ABRUCIO, 2005). Na realidade, até o presente momento muitos deles ainda não conseguiram sair do *status quo* anterior e, por isso, encontram dificuldades em se relacionar com os demais níveis de governo, com o mercado e com a sociedade civil

organizada. Mesmo aqueles que tiveram um avanço maior, ainda necessitam amadurecer um modelo de gestão que contemple essa nova fase de governança pública, como sugerem Kissler e Keidemann (2006).

Um dos pontos que merecem destaque diz respeito à conscientização do seu verdadeiro papel constitucional. Na Constituição Federal (CF), há funções exclusivas de Estado, funções não exclusivas e funções de mercado (privadas) que devem ser pensadas e assumidas tal como.

Com a promulgação da Lei de Responsabilidade de Fiscal (LRF), estados e municípios passaram a se preocupar mais com suas finanças, tanto do lado da receita quanto do lado da despesa. Dados do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM) revelam que a receita própria dos municípios está aquém do potencial de arrecadação. O Poder Público Municipal não está preparado, do ponto de vista administrativo, para cumprir a legislação relacionada à arrecadação. É razoável afirmar que isso se deve à carência de quadro de servidores preparados para gerenciar a máquina administrativa.

Nesse sentido, tanto no desenho de nova estrutura organizacional quanto na gestão dos processos/atividades, União, estados e municípios necessitam de profissionais capacitados em gestão. Na União, essa tarefa já se acha mais bem desenvolvida, com a (re)estruturação e (re)valorização de diversas carreiras típicas de Estado (planejamento, fiscalização tributária, auditoria etc.). Nos âmbitos: estadual e municipal, muito trabalho ainda precisa ser feito para que esses níveis de governo possam exercer, satisfatoriamente, seus papéis constitucionais. Para tanto, é preciso que seja dada oportunidade a cidadãos e a estados e prefeituras de todo o Brasil de se capacitarem para o exercício de uma administração pública profissional.

4 PUBLICO ALVO

Os participantes serão profissionais (Professores, Técnicos e Gestores), servidores efetivos do IFNMG, graduados nas diversas áreas do conhecimento. Os objetivos de aprendizado para o estudante são os seguintes:

- Compreender os conceitos básicos e terminologias nas

áreas funcionais chave de organizações do primeiro (Estado) e terceiro setores nas áreas: gestão, estratégia, operações, finanças públicas, recursos humanos e outras;

- Demonstrar habilidade para diagnosticar, analisar e oferecer soluções para situações organizacionais/empresariais complexas;
- Desenvolver habilidades-chave (comunicação oral e escrita, trabalho em equipe, liderança) requeridas para uma carreira gerencial de sucesso;
- Estar apto para fazer a integração das áreas funcionais do negócio para permitir tomadas de decisões acertadas para a organização como um todo.

Os Cursos permitirão o crescimento profissional e acadêmico do estudante por meio de:

- Orientação da habilidade do pensamento crítico para os problemas de governo;
- Desenvolvimento da habilidade de analisar estrategicamente as questões de relacionamento organização-ambiente ao invés de oferecer apenas soluções operacionais;
- Fortalecimento da habilidade de comunicação por meio de discussões presenciais e a distância (*chats*), estudo de *cases*, trabalhos escritos e apresentação presencial de seminários;
- Aumento da capacidade de liderança na organização através da participação em trabalhos em equipe;
- Ampliação da compreensão das variáveis ambientais que afetam a *performance* organizacional;
- Ênfase na natureza global do atual ambiente dos negócios e seu impacto sobre a tomada de decisão;
- Melhoria da habilidade de tomada de decisão em ambientes organizacionais mais complexos, por meio do uso de

processos de simulação de situações estratégico-operacionais;

- Integração dos aspectos teóricos e práticos do negócio, através da elaboração de projetos e análise de *cases*.

O desenvolvimento de uma sociedade mais justa, com melhor distribuição de renda e permanente geração de empregos, é consequência de uma série de fatores econômicos, sociais e políticos, sendo importantes as práticas de organização e administração do trabalho, adotadas na sociedade, no decorrer de seu processo de desenvolvimento, tanto na área pública quanto na área empresarial. Nesse sentido, o papel reservado aos Cursos de Especialização em Gestão Pública é de grande importância, na medida em que os agentes especialistas egressos (gestores e formuladores de políticas públicas) estarão capacitados a intervirem na realidade social, política e econômica.

Em ambientes onde as mudanças ocorrem permanentemente e em grande velocidade, caracterizados ainda pela escassez de recursos e pelo alto nível de competitividade exigido pela sociedade contemporânea, exige-se que o profissional responsável pela condução das organizações públicas tenha desenvolvido sua criatividade, seu espírito crítico e a sua capacidade de produção de novos conhecimentos.

Aliada a esta “personalidade dinâmica e flexível” – traço essencial na garantia de um bom desempenho do profissional da gestão –, é preciso, ainda, que o Gestor Público desenvolva uma “visão estratégica dos negócios públicos”, o que pode ser obtido a partir do estudo sistemático e aprofundado das diversas áreas de ação no campo da Administração e da integração destas áreas em termos de conhecimento conceitual e analítico.

Deste modo, independente dos conhecimentos “comportamentais” e “de contexto”, exige-se do Gestor Público, o domínio das principais técnicas gerenciais no campo organizacional, de seus “recursos” humanos, financeiros e de produção e de gestão pública, evidentemente referenciada em um compromisso ético com a construção de uma sociedade justa.

No campo organizacional e de seus recursos, espera-se que o Gestor seja capaz de promover o equilíbrio entre os objetivos organizacionais, suas disponibilidades e os interesses e necessidades dos servidores e sociedade em geral. Para tal, exige-se que o Gestor seja capaz de pensar novas formas de organização (tanto nos seus aspectos

estruturais como nos funcionais), compatíveis com um ambiente em que a participação no processo decisório e a crescente responsabilidade das organizações com o desenvolvimento humano parecem constituir-se em condições essenciais para a obtenção de sucesso.

Na área de estudos governamentais, é imprescindível que o Gestor seja capaz de conhecer os processos de formação e desenvolvimento do Estado em sua inserção no processo mais amplo da formação social, bem como a lógica e os procedimentos das ações administrativas governamentais, seja na área financeira e orçamentária, seja no processo de formulação e avaliação de políticas públicas em geral, não apenas de modo a cuidar da “coisa pública” de modo eficiente, mas, também, responsável, permitindo, assim, a manutenção de relações harmônicas entre o setor público, de um lado, e o privado e a sociedade civil organizada, de outro, no âmbito das responsabilidades sociais do Estado.

5 OBJETIVOS

5.1 Objetivo Geral

O curso tem por objetivo a qualificação de pessoal de nível superior, visando ao exercício de atividades gerenciais.

5.2 Objetivos Específicos

- Capacitar quadros de gestores para atuarem na administração de macro (governo) e micro (unidades organizacionais) sistemas públicos;
- Capacitar profissionais com formação adequada a intervirem na realidade social, política e econômica;
- Contribuir para a melhoria da gestão das atividades desempenhadas pelo Estado brasileiro, nos âmbitos federal, estadual e municipal;
- Contribuir para que o gestor público desenvolva visão estratégica dos negócios públicos, a partir do estudo sistemático e aprofundado da realidade administrativa do governo ou de suas unidades produtivas.

6 CONCEPÇÃO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO

6.1 ASPECTOS FUNDAMENTAIS

Com a justificativa de um Estado mais enxuto e eficiente, o Governo Collor patrocinou o desmonte do Estado brasileiro para transformá-lo em “Estado mínimo”, inspirado no *new public management*. A partir de então, houve uma redução do quadro de funcionários via aposentadorias precoces. Com a reforma administrativa no início do governo FHC, em 1995, desenha-se um Estado regulador e indutor ao invés do Estado desenvolvimentista verificado no Brasil até o final dos anos 1980.

O Governo Lula e o Governo Dilma, recompôs o quadro de servidores e, sem negar as mudanças havidas nos dois governos que o antecederam, implantou: a) reformas do modelo de gestão pública, b) ações voltadas para a inovação gerencial; e c) um Estado promotor da inclusão social com programas compensatórios de nível nacional (BRANDIÃO *et al.*, 2007).

A mudança do papel repercutiu no aparelho do Estado nos âmbitos federal, estadual e municipal, trazendo demandas gerenciais mais complexas. Isso significa uma administração mais profissionalizada, exigindo gestores com sólida formação teórico-conceitual nas áreas sociais, políticas, econômicas e administrativas.

Na esfera da União, vislumbra-se a necessidade de um gestor mais generalista e com conhecimento em logística para atender, principalmente, às áreas de educação e saúde, que respondem por 34% e 21%, respectivamente, do total de servidores da União, segundo dados da ENAP. Nessas áreas há programas importantes e de grande magnitude – como a distribuição de material escolar, pelo MEC, e de preservativos, retrovirais e medicamentos, pelo Ministério da Saúde – que necessitam de competência específica em logística para atingir todos os estados e municípios brasileiros.

As diretrizes do Curso de Especialização deve oportunizar uma formação que privilegie tanto a dimensão profissional quanto a dimensão política, buscando-se:

- a) Formação ético-humanística que a formação do cidadão requer; e
- b) Formação técnico-científica condizente com as exigências que o mundo do trabalho contemporâneo impõe.

A estrutura curricular do Curso de Especialização em Administração Pública é concebida, inspirada em Costa (1996), num jogo de correlação de forças que determina critérios de validade e legitimidade pelos quais são produzidas representações, sentidos e instituídas realidades; é um lugar de circulação das narrativas, mas, sobretudo, é um lugar privilegiado dos processos de subjetivação, da socialização dirigida, controlada.

Constituído de um conjunto articulado e normatizado de saberes, o currículo se constrói refletindo as relações estabelecidas num jogo de poder em que se confrontam visões de mundo e onde se produzem, elegem e transmitem representações, narrativas e significados sobre as coisas e seres do mundo (COSTA, 1996).

Como uma prática social que se desenvolve a partir das relações entre os sujeitos da relação pedagógica, num contexto sócio-econômico-cultural específico, o currículo deste curso é construído na perspectiva de uma formação científica de qualidade e uma formação humanista que contribua para a construção de uma sociedade mais justa, mais democrática, mais solidária e mais tolerante. Portanto, abrange também conteúdos técnicos para permitir a compreensão e a solução de problemas organizacionais complexos.

7 ABORDAGENS TEÓRICO-PRÁTICAS

Para tanto, esta proposta para o Cursos de Especialização, na modalidade a distância, traz como base para sua sustentação as seguintes diretrizes:

- Nortear a concepção, criação e produção dos conhecimentos a serem trabalhados no curso, de forma a contemplar e integrar os tipos de saberes hoje reconhecidos como essenciais às sociedades do Século XXI: os fundamentos teóricos e princípios básicos dos campos de conhecimento; as técnicas, práticas e fazeres deles decorrentes; o

desenvolvimento das aptidões sociais ligadas ao convívio ético e responsável;

- Promover permanente instrumentalização dos recursos humanos envolvidos no domínio dos códigos de informação e comunicação, bem como suas respectivas tecnologias, além de estimular o desenvolvimento do pensamento autônomo, curiosidade e criatividade;
- Selecionar temas e conteúdos que reflitam, prioritariamente, os contextos das realidades vividas pelos públicos-alvos, nos diferentes espaços de trabalho e também nas esferas local e regional;
- Adotar um enfoque pluralista no tratamento dos temas e conteúdos, recusando posicionamentos unilaterais, normativos ou doutrinários; e
- Nortear as atividades avaliativas da aprendizagem, segundo uma concepção que resgate e revalorizar a avaliação enquanto informação e tomada de consciência de problemas e dificuldades, com o fim de resolvê-los, para estimular e orientar a auto-avaliação.

Há três categorias de princípios que nortearão a estrutura curricular do Programa: epistemológicos, metodológicos e dinamizadores:

7.1 Princípios Epistemológicos

Esses princípios, que devem sustentar a formação e o perfil do profissional de administração, são expressos através de duas dimensões:

- Dimensão epistemológica: que diz respeito à escolha e aos recortes teórico-metodológicos das áreas e disciplinas ligadas às ciências que integram o currículo do curso; e
- Dimensão profissionalizante: que, implicando a primeira, diz respeito aos suportes teórico-práticos que possibilitam uma compreensão do fazer do administrador em todas suas relações sócio-político, cultural e nas perspectivas da moral e da ética.

Tendo em vista essas duas dimensões, a estrutura curricular do Programa de Administração Pública sustenta-se em dois módulos de estudos, a saber: Módulo Básico, que se refere aos fundamentos da administração e da administração pública, e Módulos Específicos, contemplando quatro áreas de concentração, abrangendo a esfera pública geral ou municipal, a gestão de organização de saúde pública.

7.2 Princípios Metodológicos

Tendo presente que a Estrutura Curricular deve incorporar a compreensão de que o próprio currículo e o próprio conhecimento devem ser vistos como construções e produtos de relações sociais particulares e históricas e, ainda, que deve ser orientado numa perspectiva crítica onde ação-reflexão-ação se coloquem como atitude que possibilite ultrapassar o conhecimento de senso comum, três conceitos são escolhidos para servir não só de elo entre as diferentes áreas e os diferentes núcleos de conhecimento, mas também de fio condutor para base metodológica do curso, a saber:

- **Historicidade:** é vista como característica das ciências. Através desse conceito, espera-se que o estudante perceba que o conhecimento se desenvolve, é construído, num determinado contexto histórico/social/cultural/ e, por isso mesmo, está sujeito às suas determinações. O desenvolvimento do conhecimento, por ser processual, não possui a limitação de início e fim, consubstanciando-se num *continuum* em que avanços e retrocessos se determinam e são determinados pelas condições histórico-culturais em que as ciências são construídas;
- **Construção:** é outro conceito que perpassa todas as áreas e núcleos de conhecimento do curso, para que o estudante reforce sua compreensão de que, se os conhecimentos são históricos e determinados, eles são resultados de um processo de construção que se estabelece no e do conjunto de relações homem/homem, homem/natureza e homem/cultura. Essas relações, por serem construídas num contexto histórico e culturalmente determinadas, jamais serão lineares e homogêneas e que ele, estudante deve se imbuir do firme propósito de transformar-se num profissional que não só aplica conhecimentos, mas também que produz

conhecimentos; e

- **Diversidade:** é importante que o estudante compreenda como as diferentes abordagens determinam posicionamentos políticos na ação administrativa.

7.3 Princípios Dinamizadores

Os princípios dinamizadores do currículo do curso são decorrentes não só das abordagens epistemológica e metodológica do curso, mas também do fato de que os estudantes terão uma abordagem teórico-prática dos conteúdos trabalhados.

A adoção desse princípio implica uma dinâmica curricular que torne o vivido pensado e o pensado vivido, com a incorporação, no processo de formação acadêmica, da experiência profissional ou das práticas vividas pelos estudantes, a dialeticidade entre o desenvolvimento teórico das disciplinas e sua construção pela prática. Sendo assim, a reflexão teórica e a prática estarão presentes de forma dialetizada na experiência da formação profissional.

Essa direção metodológica implica inter-relações epistemológicas, em que a construção integradora do conhecimento põe-se como princípio também fundamental no desenvolvimento do curso, buscando-se o reconhecimento da autonomia relativa de cada área de conhecimento e a necessária dialogicidade na busca do conhecimento da realidade educacional.

Como o curso será desenvolvido na modalidade a distância, outros princípios se colocam como fundamentais na construção curricular: interação, autonomia, trabalho cooperativo, inter e transdisciplinaridade, investigação, relação teoria e prática, flexibilidade e dialogicidade.

A concepção pedagógica que sustentará o curso no âmbito do IFNMG, de caráter interacionista, pressupõe:

- autoria como característica essencial a uma aprendizagem autônoma e significativa;
- aprendizagem efetiva que exigirá, por parte dos participantes, um esforço no sentido de diversificar as formas de disponibilizar a informação, bem como de apresentação de suas produções.

A proposta do Curso está fundamentada em uma concepção de educação como processo construtivo e permanente, implicando:

- no reconhecimento da especificidade do trabalho docente, que conduz à articulação necessária entre a teoria e a prática (ação/reflexão/ação) e à exigência de que se leve em conta a realidade da escola, da sala de aula e da profissão docente, ou seja, das condições materiais e institucionais em que atua o educador;
- na metodologia de resolução de problemas, permitindo que a aprendizagem se desenvolva no contexto da prática profissional do cursista;
- na integração e na interdisciplinaridade curriculares, dando significado e relevância aos conteúdos;
- no favorecimento à construção do conhecimento pelo cursista, valorizando sua vivência investigativa e o aperfeiçoamento da prática;
- na inclusão, considerando a oferta de percursos compatíveis com a formação prévia, as necessidades e a expectativa dos participantes.

Para esta demanda, pretende-se considerar como abordagem teórico – prática uma relação pedagógica como um todo sistêmico, sendo esta resultante das relações interpessoais entre Professor -Formador, Tutores, Cursistas, produção do conhecimento e da interinfluência de todas elas no processo ensino aprendizagem. Pretende-se que a realização do Curso possibilite melhorar o nível de atuação dos atores envolvidos no e-Tec/IFNMG, oferecendo-lhes aperfeiçoamento profissional que o habilite na busca de outras soluções de ações permanentes e sustentáveis por meios próprios.

Consideram-se, ainda, como inovações, as pesquisas de campo que serão realizadas durante o curso, em determinadas disciplinas e acompanhadas pelos Professores -Formadores das mesmas.

Trata-se, portanto, de ter como princípios básicos para o curso, além do já citado no parágrafo anterior, a fundamentação didática - pedagógica alicerçada em processos de informação e de comunicação de práticas e teorias inovadoras no que se refere à educação. Além disso, é necessário que o participante desse curso seja capaz de entender a escola como um espaço privilegiado de desenvolvimento humano integral e de segurança ontológica.

7.3.1 Coordenação

O coordenador terá as seguintes atribuições:

- responsabilizar-se pela articulação e divulgação do curso;
- responder pelo curso em qualquer instância do IFNMG e fora dela;

- promover processo de seleção e classificação dos candidatos;
- coordenar, executar e avaliar todo o curso;
- responsabilizar-se por toda a documentação dos alunos e dos professores do curso;
- providenciar local e infraestrutura adequados à realização do curso;
- Monitorar o servidor responsável pela consolidação e arquivamento das informações e documentos dos alunos e escrituração escolar do curso;
- selecionar *curriculum vitae* dos professores candidatos à docência do curso;
- promover o bem estar dos Cursistas, Tutores e Professores durante o curso.

7.3.2 Produção do Material Didático

Será utilizado material didático já produzido por outras instituições e obrigatoriamente, o professor da disciplina deverá atualizar o conteúdo com os últimos 6 anos (Governo Dilma Rousseff) através de material de domínio público, esta utilização será de responsabilidade do professor.

7.3.3 Corpo Docente

Para atuar no curso como Professor Formador o profissional deverá apresentar o seguinte perfil:

- Formação na área;
- Conhecimento do conteúdo a ser ministrado;
- Experiência comprovada em educação *online*;
- Disponibilidade para atendimento ao aluno nas fases presenciais e a distância, via Internet.

No período em que estiverem ministrando as disciplinas, os Professores Formadores deverão dedicar 20 h/aulas semanais, em plantões previamente determinados para orientar :

- tutores a distância, sanando-lhes dúvidas e discutindo questões através do AVA e do telefone;
- estudos e sanar dúvidas dos Cursistas, por meio do AVA.

7.3.4 Sistema de Tutoria

A Tutoria será o apoio pedagógico que o Cursista usufruirá nos momentos de dúvidas, constituindo em um trabalho que apresentará os serviços de maneira contínua, sempre a disposição dos participantes. No Sistema de Tutoria é que a rede entre Professor Formador/Tutor/Cursista se configurará, estabelecendo assim um trabalho efetivo da EAD.

O Tutor terá a função de acompanhar, através dos instrumentos virtuais, todo o rendimento do cursista e traçar, através de planilhas e de relatórios *online*, a vida acadêmica dos cursistas.

Será responsável:

- pelo estímulo à interatividade,
- pela dinamização dos grupos virtuais de colaboração,
- pelo atendimento às dúvidas dos cursistas,
- pela dinamização de momentos presenciais e de aplicação e correção dos instrumentos de avaliação presenciais e a distância,
- pelo acompanhamento de, aproximadamente, 50 participantes.

O tempo dedicado à Tutoria deverá ser distribuído entre as ações de:

- Estímulo ao acesso dos cursistas ao AVA.
- Utilização de ferramentas de comunicação e de interatividade.

A comunicação entre Cursistas e Tutores ao longo do curso deverá ser feita via Internet (e-mails, fóruns, listas de discussão, *chats*), telefone e fax e pelo contato direto, nos momentos presenciais.

Os Tutores acompanharão os Cursistas que poderão formar grupos de estudo a fim de facilitar a leitura, a compreensão e a elaboração de novos textos de maneira virtual na comunidade de trabalho e aprendizagem em rede, buscando concretizar uma proposta de educação apoiada na Pedagogia da Autonomia, como defendia o educador Paulo Freire.

Características essenciais ao Tutor:

- Domínio do conteúdo técnico – científico.

- Habilidade para estimular o interesse e iniciativa do Cursista como agente de seu próprio aprendizado.

Requisitos para ocupar a função de Tutor:

Para atuar no Curso como Tutor, o profissional deverá ter o seguinte perfil:

- Ser professor com especialização “*Stricto e/ou Lato Sensu*” em Educação, preferencialmente em Educação a Distância,
- Possuir experiência comprovada em cursos *on-line*,
- Demonstrar conhecimentos avançados em informática e Internet,
- Ter disponibilidade de 20 h/a semanais para dedicar ao curso.

O Tutor deverá ser o elemento que promoverá:

- Dinamização de momentos presenciais e orientação aos Cursistas nas dúvidas quanto ao acesso ao ambiente e uso das ferramentas de aprendizagem, e encaminhamento das dúvidas que exijam apoio técnico mais específico aos profissionais especializados.
- Orientação acadêmica quanto ao programa em curso.
- Acompanhamento da aprendizagem e do desempenho dos Cursistas durante o curso.
- Aplicação e correção de tarefas constantes do processo de avaliação.
- Encaminhamento à Coordenação do Curso de documentos e relatórios necessários ao controle do desempenho dos Cursistas.
- Participação nas tarefas de avaliação do curso.

7.3.5 Período de realização do curso: fevereiro de 2017 a fevereiro de 2018.

7.3.6 Carga horária: 480 h

O curso será a distância, via Internet, com início previsto para o primeiro semestre de 2017, com duração prevista para 12 (doze) meses e contará com 04 (quatro) encontros presenciais, perfazendo 96 (noventa e seis) horas, sendo realizados da seguinte forma:

- Primeiro Encontro: 04 de fevereiro de 2017

- Segundo e terceiro: após término de cada módulo (prova presencial e orientação de TCC)

- Último Encontro: Seminário de Defesa de TCC

7.3.7 Número de vagas

Serão ofertadas 100 (cem) vagas.

7.3.8 Períodos de inscrição e matrícula

As inscrições serão efetuadas da 00h do dia 01 de setembro de 2016 até às 18h do dia 09 de setembro de 2016, no site www.ead.ifnmg.edu.br.

7.3.9 Critérios de seleção

O candidato deverá acessar o site www.ead.ifnmg.edu.br, preencher a ficha de inscrição. Caso seja classificado dentro do número de vagas, deverá entregar toda a documentação exigida no seguinte endereço:

Núcleo de Educação a Distância
Rua Santa Terezinha, 45, Bairro Cidade Nova
CEP 39.40-468 - Montes Claros – Minas Gerais

7.3.10 Documentação

Os documentos exigidos para inscrição são os seguintes:

- Requerimento de matrícula devidamente preenchido e assinado;
- Fotocópia do diploma ou certificado de conclusão do curso de graduação;
- Fotocópia da Carteira de Identidade;
- Fotocópia do CPF;
- Fotocópia do título de eleitor e comprovante de votação na última eleição;

- Fotocópia do certificado de serviço militar (masculino);
- Fotocópia da certidão de nascimento ou casamento;
- 01 (uma) fotografia 3 x 4 recente e colorida;
- Ficha de inscrição devidamente preenchida;
- Certidão de tempo de serviço ou qualquer documento comprobatório de vínculo com o IFNMG (somente para servidor);

7.3.11 Matrícula

A matrícula dos candidatos será efetivada após conferência de toda a documentação exigida.

O resultado final será divulgado no site www.ead.ifnmg.edu.br.

7.3.12 Infraestrutura

O Curso de Pós-Graduação em Educação será desenvolvido usando como suporte o Ambiente Virtual de Aprendizagem do IFNMG, utilizando a plataforma *Moodle*, que está devidamente customizada para atender às necessidades de todos os atores envolvidos, permitindo que a sala de aula seja (re) significada em um espaço virtual, a Internet.

Esse ambiente possibilitará uma aproximação entre os participantes, o Professor Formador e os Tutores, favorecendo a integração nas atividades de estudo ou de ensino de forma *on-line* e facilitando a interação entre todos. Usando o *Moodle*, os cursistas terão acesso a avisos e notícias, enviarão e receberão mensagens, conversarão em tempo real com os participantes, realizarão trabalhos e tarefas, analisarão os conteúdos disponibilizados pelo Professor Formador e as discussões dos Tutores.

O Ambiente Virtual de Aprendizagem poderá ser acessado através do portal do IFNMG- ava.ifnmg.edu.br. Para o processo de operacionalização das ações do curso, contaremos com a participação efetiva da Equipe da Coordenadoria Tecnológica do IFNMG, que oferecerá todo o apoio logístico necessário à realização das atividades do curso, tendo o participante a possibilidade de utilizar diversos recursos educacionais: leituras individuais, interação com o sistema de acompanhamento e, também, realização de atividades individuais

e coletivas no AVA.

Através do AVA, os participantes conseguirão:

- . Acompanhar a programação dos encontros, avaliação e notícias dos módulos;
- . Trocar informações e mensagens com o Professor Formador e os demais participantes;
- . Realizar e encaminhar as atividades realizadas nas diversas disciplinas;
- . Ter acesso aos textos e informações complementares, encaminhados pelo Professor e/ou Tutor.

As principais ferramentas de apoio pedagógico que o IFNMG irá oferecer, proporcionando o máximo de aproveitamento e interatividade no Curso serão:

- Tarefas
- Fóruns
- Apresentação
- Notícias e Avisos
- Discussões
- Tira Dúvidas
- Cyber Café
- Mensagens
- *Chats*

Além do Ambiente Virtual de Aprendizagem, toda a equipe poderá contar com:

1. 01 sala para Apoio Administrativo e Apoio Acadêmico equipada com: mesas, cadeiras, computadores com gravador de DVD, multimídia com acesso a internet;
2. 01 impressora multifuncional, máquina reprográfica, 01 aparelho de telefone e fax, 01 *webcam*, 01 *nobreak*, 01 aparelho de som, 01 linha telefônica com ramais.
3. 01 sala da Coordenação do Polo equipada com: mesas, cadeiras, computadores com gravador de CD, multimídia com acesso a internet, 01 impressora a laser, 01 *scanner*,
4. 01 aparelho de telefone, 01 *nobreak*, 01 linha telefônica com ramais.
5. Sanitários feminino e masculino.
6. Laboratório de informática com 10 computadores completos com acesso a internet, 10 *webcam*, 01 impressora, 01 *scanner*, 01 máquina servidora, gravadoras de DVD e CD, 01 câmeras de vídeo digital, 01 câmera digital de fotografia, 01 projetor multimídia.
7. Sala de Multimeios equipada com TV, DVD, Vídeo, retroprojeter, antena parabólica.
8. 01 sala de aula.

9. Laboratório de Ensino.

10. Bibliotecas – Centro de Documentação, Acervo e Divulgação. Parte do acervo estará disponível no Polo de Apoio Presencial, no Ambiente Digital de Aprendizagem e no Portal Acadêmico do IFNMG, para uso dos cursistas e todos os envolvidos no processo. Os acervos serão constituídos de livros, periódicos, dissertações e teses, obras raras, fotografias, além de outros materiais, como disquetes, mapas, CD ROMs, slides etc.

8 METODOLOGIA

A metodologia deste Curso será a distância, disponibilizada no Ambiente Virtual de Aprendizagem do IFNMG. Nessa modalidade de ensino/aprendizagem, o aluno conta com a flexibilidade de tempo e espaço, podendo desenvolver seus estudos em qualquer lugar, de acordo com sua disponibilidade. O curso será desenvolvido de forma presencial (encontro presencial) e a distância a partir da interatividade do Professor Formador e Tutor com os participantes, via internet, na plataforma Moodle, tendo como portal de referência para o desenvolvimento das atividades o Ambiente Virtual de Aprendizagem do IFNMG.

A metodologia será pautada na eficiência do Professor Formador e Tutores altamente capacitados para a Educação a Distância. Assim, por meio da Plataforma Moodle, os participantes contarão com conteúdos disponíveis na Sala Virtual, fórum, chat, envio de dúvidas e atividades e os principais pontos tratados nas disciplinas.

Todo o curso será estruturado em Unidades de Estudo. Cada Unidade tratará de um tópico específico do conteúdo garantindo flexibilidade aos cursistas, que poderão focar em tópicos de maior interesse e na ordem que lhe for mais conveniente. Cada Unidade será composta de textos, exercícios e links para consulta e aprofundamento de estudos de cada participante.

O acompanhamento pedagógico será implementado por meio de Plantão Pedagógico dos Professores Formadores e Tutores, em horários previamente estabelecidos e serão utilizadas estratégias síncronas e assíncronas, com os seguintes recursos metodológicos disponíveis: fóruns, questionários, sala de cafezinho, chat, e-mail, grupo de discussão. Outras estratégias poderão ser utilizadas tais como: pesquisas exploratórias, estudos lúdicos interativos, fichamento de textos, análise de vídeos.

As características do Curso em EAD:

- Os textos serão configurados no processo dialógico, com a finalidade de proporcionar a interlocução permanente com os leitores, de forma a assegurar a leitura e a análise compreensiva e crítica do material didático.
- O primeiro módulo será disponibilizado no AVA do IFNMG, após o encontro presencial e assim liberado sucessivamente em relação aos demais módulos, a partir do estudo do conteúdo e da entrega das atividades de avaliação de cada um.
- O processo de aprendizagem on-line será complementado e ampliado mediante leituras indicadas na bibliografia complementar recomendada.
- O curso terá apoio tutorial mediante comunicação on-line na Plataforma Moodle, e por correio eletrônico. Eventualmente, caso as circunstâncias demandem, os participantes poderão ser contatados através de correio postal, telefone ou fax.
- Cada tema será apresentado por meio de textos específicos, textos de referência, hipertextos, links e uma bibliografia complementar. Após cada unidade haverá um trabalho de sistematização do conhecimento usando estratégias variadas e adequadas a cada tema.
- Ao longo do curso, haverá uma série de fóruns, nos quais o cursista deve participar, colaborando com o Tutor e os colegas na construção de um conhecimento coletivo. Os estudantes deverão participar também de chats que venham a ser agendados, de acordo com sua disponibilidade de horário. A participação nestes momentos também servirá para composição da nota final do participante.
- Avisos e outras informações relevantes serão divulgados através das ferramentas de informação e comunicação do AVA/IFNMG

O conteúdo do Curso será estruturado em 03 (três) módulos independentes, constituídos de textos e atividades especialmente elaborados por autores com qualificação e experiência em EAD. Os módulos serão ministrados em momentos distintos. O Curso iniciará com um encontro presencial em que os participantes terão oportunidade de conhecer a estrutura do curso (objetivos, conteúdos, ementas, Professores, Tutores do curso) e participar da capacitação tecnológica.

As horas restantes do 1º módulo e os demais módulos serão desenvolvidas pela Internet e os participantes contarão com o apoio de Professores e de Tutores. A concepção de

ensino aprendizagem adotada respalda-se na interação entre os participantes do curso (cursista – professor, cursista – cursista, cursista – tutor, tutor – tutor, tutor – professor). Essa interação poderá ser síncrona, por meio de chats, ou assíncrona, no Ambiente Virtual de Aprendizagem.

O modelo pedagógico dos módulos será baseado na combinação de atividades colaborativas e aprendizagem orientada pelo Professor e autoaprendizagem. Os participantes deverão dedicar, aproximadamente, 15 horas por semana às atividades, acessando o curso com uma frequência de 3 a 4 vezes por semana.

A metodologia a ser praticada deverá oportunizar a constituição de uma Comunidade de Aprendizagem em rede entre todos os atores envolvidos no Curso, sob os princípios da cooperação, respeito e autonomia, de modo a cumprir os objetivos a que este curso se propõe.

A relação dialógica, base da Comunidade de Aprendizagem, seja presencial ou mediatizada, deverá ser o exercício, permanentemente, desejado por todos os participantes, num processo de desenvolvimento, capaz de criar a unidade na totalidade dos diferentes sujeitos aprendizes, engajados na tessitura desta rede real e virtual de todos os sujeitos da Especialização.

Uma vez que o desafio maior é a produção de um novo conhecimento, a pesquisa constitui-se como dimensão de aprendizagem, considerando as individualidades na sua inserção sociocultural.

Os procedimentos metodológicos específicos (leituras, exercícios, oficinas, fóruns de discussão, videoconferências, consultas a banco de dados e endereços selecionados) serão adotados de acordo com a natureza do objeto de estudo de cada temática, sendo que todas elas serão orientadas no sentido de subsidiar a aprendizagem no processo de elaboração de um artigo científico.

As atividades a distância, realizadas via Internet, serão instigadoras, desafiando os participantes a resolverem, coletivamente, questões e problemas relacionados à prática pedagógica e destinarão ao estudo sistemático dos conteúdos trabalhados nos módulos, compreendendo as atividades orientadas de estudo, discussões coletivas, avaliações.

Momentos Presenciais Planejados para o Curso

Essas atividades serão realizadas na sede do IFNMG e terão como objetivos:

- Apresentar a estrutura do Curso e orientar os participantes.
- Realizar a ambientação tecnológica.
- Apresentar as disciplinas: ementa, objetivos, conteúdo programático, sistema de avaliação.
- Promover a interação entre os Professores Formadores, Tutores e participantes do curso.
- Promover o primeiro contato do aluno com a disciplina, através de palestras e videoconferência (1ª Fase Presencial).
- Promover o Seminário de Apresentação de Trabalho de Conclusão de curso (2ª Fase Presencial).

Cada encontro presencial terá uma carga horária de 12 horas e cada disciplina contará com uma carga horária de acordo com a especificidade da mesma, nesses encontros presenciais. Os demais Encontros Presenciais representarão momentos para todo tipo de acompanhamento dos participantes.

As atividades propostas de forma interdisciplinar proporcionarão aos cursistas momentos singulares para discussões, vivências e experiências a respeito de diferentes questões relativas ao andamento do curso, da disciplina, e maximizando o seu desempenho.

As ações interdisciplinares que serão desenvolvidas ao longo do curso terão como principal objetivo estimular novos desafios, novas práticas e novos debates durante os trabalhos desenvolvidos na EAD.

É importante observar que ao se apresentar enquanto uma inovação tecnológica, a EAD constitui um campo de trabalho interdisciplinar, onde a diversidade de apresentação de conteúdos, já mencionada na metodologia, por si só apresenta um caráter transdisciplinar. O feedback entre Cursistas e Professores Formadores permitirá uma melhor compreensão da realidade o que contribuirá para o desenvolvimento dos trabalhos propostos.

O trabalho de forma interdisciplinar será desenvolvido ao longo dos módulos, momentos estes que serão criados pelos próprios Professores Formadores, em encontros e reuniões periódicas virtuais e/ou presenciais com os Tutores.

A Interdisciplinaridade representará também uma âncora para que sejam modificadas as posturas e atitudes dos participantes frente aos desafios da função docente, tutoria e gestão na Educação a Distância, e assim, investirem em práticas inovadoras, sendo que a pesquisa representará um eixo, uma das formas de inovar e renovar a atitude dos participantes.

A produção e apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é obrigatória para a finalização das atividades. O TCC será um artigo científico que poderá ser de natureza: Teórica, em que o estudante discute um tema relevante com o objetivo de rever a bibliografia produzida até então, devendo analisar conceito de vários autores e propor ou apontar novas formulações que elucide melhor o tema em questão; Teórica empírica, em que o estudante elabora, juntamente à pesquisa teórica, uma pesquisa de campo, entrando em contato direto com o universo do seu objeto de estudo e fundamentando assim a discussão teórica a partir da análise do material coletado. O trabalho será individual.

Após o segundo módulo ou no decorrer do mesmo, o estudante deverá entregar a sua proposta de TCC e iniciar a escrita do artigo sob sua responsabilidade. Para o desenvolvimento do trabalho de conclusão, deverão ser respeitadas as normas da ABNT.

O TCC será avaliado dentro dos seguintes aspectos:

- Temática (originalidade e atualidade);
- Capacidade e organização, abordagem com domínio do tema, familiaridade e postura crítica;
- Trabalho escrito (coerência, interpretação)
- Apresentação oral (clareza e fluência, coerência com o trabalho escrito, desempenho e desenvoltura);
- Referencial Teórico (pertinente ao tema);
- Qualidade na implementação do Trabalho;
- Metodologia desenvolvida (instrumento que dê resposta ao objetivo).

A construção do TCC ocorrerá em duas etapas:

1. Produção e avaliação do trabalho escrito, com nota a ser definida pelo Professor Formador da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso;
2. Apresentação em Seminário, através de Banner, previsto para o último momento Presencial. O Trabalho será avaliado por um Banca a ser definida pelos coordenadores do Curso. O estudante só terá o seu TCC aprovado se obtiver no mínimo 60 (setenta) pontos. O cursista que não obtiver aprovação poderá submeter-se a outra defesa, em um prazo máximo de um mês. Nenhum TCC poderá ir para a defesa sem a concordância do tutor e do professor formador. Uma vez aprovado, deverá ser postado no AVA, em um espaço reservado para o Trabalho Final.

9 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Segundo resolução CNE/CES nº 1, de 3 de abril de 2001, Art. 10, os cursos de Pós Graduação Lato Sensu necessitam ter duração mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas, nestas não computado o tempo de estudo individual ou em grupo, sem assistência docente, e o reservado, obrigatoriamente, para elaboração de trabalho de conclusão de curso (TCC).

10 ESTRUTURAÇÃO DOS MÓDULOS

O curso, com 480 horas aula, terá três módulos: um básico, que é núcleo comum, um específico e o terceiro destinado à elaboração de TCC.

10.1 MÓDULO BÁSICO

O módulo básico será o núcleo comum é composto por sete disciplinas, de 30 horas, perfazendo um total de 210 horas. No início do módulo o cursista terá a oportunidade de realizar a ambientação no Ambiente Virtual de Aprendizagem com uma carga horária de 10 horas.

Ord.	Disciplina	C. H.
	Ambientação em EAD	10
1	Estado, Governo e Mercado	30
2	Desenvolvimento e Mudanças no Estado brasileiro	30
3	O Público e o Privado na Gestão Pública	30

4	Políticas Públicas	30
5	Planejamento Estratégico Governamental	30
6	O Estado e os Problemas Contemporâneos	30
7	Indicadores Socioeconômicos na Gestão Pública	30
–	TOTAL DE HORAS/AULA	210

A função do Módulo Básico é propiciar ao estudante uma tomada de consciência sobre a atual política do governo. Esse referencial lhe permitirá compreender melhor, ao longo do Módulo Específico, as diferentes ações e programas implementados pela atual administração pública.

10.1.1 Ementas e Referências do Módulo Básico

Disciplina 1 – Estado, Governo e Mercado

Objetivo

Essa disciplina enfoca as complexas relações entre Estado, governo e mercado nas sociedades capitalistas contemporâneas. Partindo das duas matrizes teóricas que explicam as relações entre Estado e sociedade no sistema capitalista – a liberal e a marxista –, a disciplina analisa criticamente as diversas interpretações concorrentes e/ou sucessivas sobre as sempre tensas e dinâmicas relações entre Estado, governo e mercado.

Ementa

Os atores envolvidos na esfera pública, sejam eles governantes, funcionários, fornecedores, clientes, beneficiários, usuários de serviços públicos ou agentes objetos da regulação estatal, movem-se e posicionam-se no espaço público orientados por uma ou mais concepções teóricas concorrentes sobre as relações entre Estado, governo e mercado nas modernas sociedades capitalistas. Por essa razão, é fundamental aos gestores públicos, em exercício ou em formação

– independentemente da esfera de governo em que atuem ou venham a atuar –, conhecer os diferentes fundamentos e lógicas que orientam a ação dos agentes envolvidos (*stakeholders*).

- Relações entre Estado, governo e mercado na sociedade contemporânea,

segundo as principais concepções e teorias: marxistas (PRZWORSKY, 1995) e liberais (SARTORI, 1997).

- Desafios teóricos e políticos colocados aos analistas e atores políticos pelas mudanças produzidas sob o capitalismo contemporâneo (BOBBIO, 1983; GUIDDENS, 1996; ANDERSON, 1996).

Referências Básicas

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir (Org.) **Pós- neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. p. 9-23.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

_____. **Qual socialismo?** São Paulo: Paz e Terra, 1983. “Quais as alternativas à democracia representativa?”, p. 55-74.

GIDDENS, Anthony. **Para além de esquerda e direita**. São Paulo: UNESP, 1996. “Introdução”, p. 9-30.

HAM, Cristopher; HILL Michael. **O processo de elaboração de políticas no Estado capitalista moderno**. Campinas, 1996. (tradução para o português de The policy process in the modern capitalist state. Londres, 1993, sob a responsabilidade de Renato Dagnino para uso exclusivo dos alunos do Departamento de Política Científica e Tecnológica da Unicamp). Capítulos 2 e 3 (p. 39-91).

O'DONNELL, Guillermo. Anotações para uma teoria do Estado. In: **Revista de Cultura e Política**, n. 4, 1981.

OSZLAK, Oscar. Estado y sociedad: ¿nuevas reglas de juego? Reforma Y Democracia. **Revista del CLAD**. n. 9 (Oct. 1997), p. 7-61

PRZWORSKY, Adam. **Estado e economia no capitalismo**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995. Parte 3, “O governo do capital”, p. 87-115.

SARTORI, Giovanni. **A teoria da democracia revisitada**. São Paulo: Ática, 1997. Cap. 6, “A democracia vertical”, p.181-245.

Referências Complementares

BOBBIO, Norberto; BOVERO, Michelangelo. **Sociedade e Estado na filosofia política moderna**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DAHL, Robert. **Um prefácio à teoria democrática**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989. Cap. 3 – A democracia poliárquica.

GIDDENS, Anthony. **O Mundo na Era da Globalização**. Lisboa: Editorial Presença, 2000.

OFFE, Claus. **Problemas estruturais do Estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1984.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

SANTOS, Wanderley G. **Ordem burguesa e liberalismo político**. São Paulo: Duas Cidades, 1978. “A práxis liberal no Brasil: propostas para reflexão e pesquisa”, pp. 67-117.

SARTORI, Giovanni. **Teoria democrática**. São Paulo: Fundo de Cultura, 1965. Cap. XV, “Liberalismo e democracia”, p. 366-393.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1984.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Rio de Janeiro, LCT, 1998.

Disciplina 2 – Desenvolvimento e Mudanças no Estado Brasileiro

Objetivo

Essa disciplina tem por objeto levar o aluno a compreender como o Estado e a sociedade foram se modificando e desenvolvendo no Brasil, a partir da Primeira República, até chegar à conformação em que se encontram atualmente.

Ementa

A adequada compreensão de longos e complexos processos de transformação social, como os experimentados pelo Brasil desde a proclamação da República até os dias de hoje, repousa sobre um conjunto variado de saberes produzidos por diferentes disciplinas, como a história, a sociologia, a economia, a administração, o direito e a ciência política. Para que esses vários conhecimentos possam ser devidamente associados e adequadamente assimilados, faz-se necessária a adoção de uma perspectiva interdisciplinar e histórica afim de costurá-los com a linha do tempo. Assim, interdisciplinaridade e contextualização histórica são os eixos fundamentais que devem orientar o desenvolvimento desta disciplina. Desenvolvimento econômico, mudança social e centralização e descentralização político-administrativas no Brasil: Da República oligárquica à República democrática do Século XXI.

- Federalismo e governo de elites na primeira República (ABRÚCIO, 1998, Cap 1; BRESSER-PEREIRA, 2001);
- Centralização, autoritarismo e políticas sociais no período Vargas (1930-

1945) (SOUZA, 1976, Cap. IV; SANTOS, 1979, Cap. 4);

- Democracia e desenvolvimento sob a Segunda República (1946-1964) (SOUZA, 1976, Cap. V; LESSA, 1983, SOARES, 1973); e
- Autoritarismo e redemocratização (ABRÚCIO, 1998, Cap. 2; BRESSER-PEREIRA, 2001; SANTOS, 1979, Cap. 5; REIS, 1978; DINIZ, 1997).

Referências Básicas

ABRUCIO, Fernando L. **Os barões da federação: os governadores e a redemocratização brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1998. Cap. 2, “A passagem do modelo unionista-autoritário para o federalismo estadualista: a origem do novo poder dos governadores”, p.59-108.

BRESSER-PEREIRA Luiz C. Do estado patrimonial ao gerencial. In: Pinheiro, Wilhelm e Sachs (Org.). **Brasil: Um Século de transformações**. São Paulo: Cia. das Letras, 2001. p. 222-259.

DINIZ, Eli. Governabilidade, democracia e reforma do Estado: os desafios da construção de uma nova ordem no Brasil dos anos 90. In: DINIZ, Eli; AZEVEDO, Sérgio de. (Org.). **Reforma do Estado e democracia no Brasil**. Brasília: UnB, 1997.

FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando. Partidos políticos na Câmara dos Deputados, 1989-1994. In: **DADOS**, vol. 38, n. 3, 1995.

LESSA, Carlos. **Quinze anos de política econômica**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

MARTINS, Luciano. **Estado capitalista e burocracia no Brasil pós-64**. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista e o ornitorrinco**. S. Paulo: Boitempo, 2003.

SANTOS, Wanderley G. **Cidadania e justiça**. Rio de Janeiro: Campus, 1979. Cap. I e II.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. **Sociedade e política no Brasil**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973.

SOUZA, Maria C. C. **Estado e partidos políticos no Brasil, 1930-1964**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976. Cap. IV, “Os mecanismo da centralização” p. 83-104.

Referências Complementares

ALMEIDA, Maria H. T. Federalismo e políticas sociais. In: **Rev. bras. Ci. Soc**, 1995, vol.10, n. 28, p. 88-108.

FLEURY, Maria T. Leme, FISCHER, Rosa M. **Cultura e poder nas organizações**.

São Paulo: Atlas, 1997.

GOULART, Jefferson O. Orçamento participativo e gestão democrática no poder local. In: **Revista de Cultura e Política**, 2006, vol., n. 69.

LAMOUNIER, Bolívar; SOUZA, Amaury de. Democracia e reforma institucional no Brasil: uma cultura política em mudança. In: **Dados**, v. 34, n.3, 1991, p.311-348.

LAVINAS, Lena; MAGINA, Manoel A.; COUTO E SILVA, Mônica. **Federalismo e regionalização dos recursos públicos**. Rio de Janeiro : IPEA, 1995. [Textos para discussão n. 369].

LIMA JUNIOR, Olavo Brasil. **Os partidos políticos brasileiros**: a experiência federal e regional, 1945-1964. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

QUEIRÓS, Maria Isaura Pereira de. O Coronelismo numa interpretação sociológica. In: **História geral da civilização brasileira**. São Paulo: DIFEL, 1975. Tomo III – O Brasil Republicano, Livro 1, 1975. Cap. 3.

REIS, Fábio Wanderley (Org.). **Os partidos e o regime**: a lógica do processo eleitoral brasileiro. São Paulo: Símbolo, 1978.

VELLOSO, João Paulo dos Reis (Org.). **Governabilidade, sistema político e violência urbana**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

Disciplina 3 – O Público e o Privado na Gestão Pública

Objetivo

Essa disciplina tem por objetivo delimitar com clareza para o aluno as diferenças entre a esfera privada, que é o âmbito de atuação por excelência do administrador de empresas, e a esfera pública, na qual se situa a Administração pública e age o gestor público.

Ementa

Tradicionalmente, os poucos cursos de administração pública oferecidos no país partem do núcleo duro das teorias e disciplinas que compõem os currículos de administração de empresas, a ele acrescentando alguns outros temas e matérias mais diretamente ligados à gestão dos negócios públicos pelo Estado. Esse ponto de partida deixa de pôr suficientemente em relevo a diferença fundamental entre a esfera pública e a privada, da qual derivam todas as demais diferenças teleológicas, organizacionais e funcionais existentes entre as organizações do Estado e as da sociedade civil, sejam elas empresas, sindicatos e associações com ou sem fins lucrativos. Por ser essencial ao gestor público ter absoluta clareza dessa diferença, de forma a poder exercer adequadamente as suas funções e atribuições com as quais ele se encontra investido na

qualidade de servidor público, é que esta disciplina foi inserida no módulo básico deste curso. Da precisa separação entre esfera pública e esfera privada, que remonta ao Direito Romano, mas que só recentemente adquiriu os seus contornos mais definidos nas sociedades contemporâneas do Ocidente, é que decorrem todas as demais diferenciações relevantes para o agente público: de um Direito Público e de um Direito Privado; a separação entre Estado e sociedade civil; a delimitação dos poderes dos governantes em relação ao conjunto do Estado e aos cidadãos.

- A dicotomia público-privado: a primazia do público sobre o privado; as fronteiras entre o público e o privado; as prerrogativas do Estado sobre os agentes privados; os direitos do cidadão e os deveres do estado; interesses privados e interesses coletivos; Instituição e organização; organizações públicas e organizações privadas.
- O servidor como agente da ação do Estado: os diferentes agentes públicos e as suas formas de investidura; as prerrogativas do estado e as garantias do servidor; regime estatutário e regime contratual; vínculo estatutário e vínculo empregatício; cargo público e emprego no setor privado; A ética profissional do servidor público.
- Os princípios norteadores do serviço público – legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência; poderes e deveres do administrador público: dever de agir, dever de eficiência, dever de probidade, dever de prestar contas; poder disciplinar, poder de polícia, poder discricionário.
- As diversas organizações do terceiro setor e suas especificidades.
- Globalização e neoliberalismo: desregulamentação, privatizações e abertura dos mercados de bens e de capitais; reorientação do papel do estado: da produção à regulação de bens e serviços; a defesa do interesse público na competição globalizada: Estado e agentes econômicos privados internacionais; novos princípios de gestão pública: planejamento participativo; democratização do Estado; promoção da cidadania. A nova orientação estratégica de governo federal: inclusão social e redução das desigualdades; crescimento econômico com geração de emprego e renda; promoção da cidadania e fortalecimento da democracia.

Referências Básicas

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade**: por uma teoria geral da política. Trad. Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Cap. 1, “A grande dicotomia: público/privado”, p. 13-31.

CARVALHO, Iuri M. O princípio da supremacia do interesse público sobre o privado: parâmetros para uma reconstrução. In: **Revista Diálogo Jurídico**, n. 16, Salvador, 2007. Disponível em:

<http://www.direitopublico.com.br/pdf/PrincipiodaSupremacia_ULTIMAVERSÃO.pdf

>. Acesso em: 18 jun. 2009.

MEIRELLES, Helly Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 14. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1989.

NASCIMENTO, Márcio G. O controle da administração pública no Estado de Direito.

Direitonet, 2005. Disponível em:

<<http://www.direitonet.com.br/artigos/x/20/23/2023/>>. Acesso em: 18 jun. 2009.

PÓ, Marcos V.; ABRUCIO, Fernando L. **Desenho e funcionamento dos mecanismos de controle e accountability das agências reguladoras brasileiras semelhanças e diferenças**. In: **RAP**, nº 40, vol. 4, jul/ago 2006. p. 679-98.

Referências Complementares

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BOBBIO, Norberto et al. **Dicionário de política**. Brasília: Ed. UnB. 1986.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade**: por uma teoria geral da política. Trad. Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Cap. 3, “Estado, poder e governo”, p. 53-133.

BORÓN, Atilo. Las 'reformas del estado' en América Latina: sus negativas consecuencias sobre la inclusión social y la participación democrática. In: **Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales**, 2004.

BRESSER PEREIRA, Luis Carlos. **A reforma do Estado nos anos 90**: lógicas e mecanismos de controle. Brasília: Mare, 1997.

_____. Da administração pública burocrática à gerencial, **Revista do Serviço Público**. Brasília: ENAP. Volume 120, n. 1, jan-abr, 1996.

DINIZ, Paulo. **Responsabilidade social empresarial e sociedade política**: elementos para um debate acerca da questão social no neoliberalismo. Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito para obtenção do título de bacharel em Ciências Sociais, Uberlândia, 2007. Capítulos 1 e 2. Disponível em: <<http://www.cadtm.org/IMG/pdf/031227boron.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2009.

FIORI, José Luis. **Em busca do dissenso perdido**: ensaios críticos sobre a festejada

crise do Estado. Rio de Janeiro: Insight, 1995.

HARVEY, D. Neoliberalismo como destruição criativa. **InterfaceEHS – Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente**. 2006. Disponível em: http://www.interfacehs.sp.senac.br/images/artigos/74_pdf.pdf. Acesso em: 18 jun. 2009.

HOBBS, Thomas. **Leviatã: ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

MONTESQUIEU, Charles Louis de Secondat. **Do espírito das leis**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

PAES DE PAULA, Ana. Administração Pública Brasileira entre o Gerencialismo e a Gestão Social. In: **RAE**, FGV, Volume 45, Número 1, Jan/Mar 2005.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social**. 4. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

SAES, Décio. A política neoliberal e o campo político conservador no Brasil atual. In: **República do capital – capitalismo e processo político no Brasil**. São Paulo, Bomtempo, 1998.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: Fundamentos da sociologia compreensiva**. 3. ed. Brasília: Editora UnB, 1994.

Disciplina 4 – Políticas Públicas

Ementas

Sociedade. Política. Política Pública. Análise política. Análise de políticas. As principais abordagens na análise de políticas públicas e o modelo sistêmico. A concepção do “ciclo da política”. Atores políticos (*stakeholders*). Interesses e expectativas. Poder e recursos de poder. Bem público. Escolha racional. Experiências inovadoras que criam novas esferas públicas de negociação e de participação popular: conselhos, redes, parcerias e novos arranjos institucionais no nível local de governo. A formação de agenda de políticas públicas. Tipos de demandas. Decisão. Não-decisão. Arenas políticas. Padrões de comportamento e interação dos atores. Modelos de análise do processo decisório: racional, organizacional e modelo da política burocrática. As lógicas do processo decisório: racional-compreensiva, incremental e *mixed-scanning*. Relações entre formulação e implementação. Modelos de implementação de políticas. Avaliação. Acompanhamento. Monitoramento. Pesquisa Avaliativa. Tipos de avaliação. Critérios de avaliação. Controle e avaliação de políticas públicas. Políticas Públicas: conceitos e evolução no Brasil. Regularidades das políticas públicas no Brasil. Novos papéis e responsabilidades dos entes federativos nas políticas públicas.

Referências Básicas

[ARRETCHE, Marta T. S.](#) Políticas sociais no Brasil: descentralização em um Estado federativo. In: **Rev. bras. Ci. Soc.**, Jun. 1999, vol.14, n. 40, p.111-141.

COTTA, Tereza Cristina. Metodologia de avaliação de programas e projetos sociais: análise de resultados e de impacto. In: **Revista do Serviço Público**, n. 2, abr-jun 1998.

COUTINHO, Luciano. Coréia do Sul e Brasil: paralelos, sucessos e desastres. In: FIORI, José Luís (Org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis, Vozes, 1999.

DEMO, Pedro. **Política social, educação e cidadania**. Campinas: Papius, 1996.

DERLIEN, Hans Ulrich. Una comparación internacional en la evaluación de las políticas públicas. In: **Revista do Serviço Público**, n. 1, jan-mar, 2001.

DRAIBE, Sônia Miriam. Qualidade de Vida e Reformas Sociais: O Brasil no Cenário Latino-Americano. **Lua Nova**, n. 31, 1993, p. 5-46.

_____. Uma Nova Institucionalidade das Políticas Sociais? Reflexões a propósito da experiência latino-americana recente de reformas e programas sociais. In: **São Paulo em Perspectiva**. Vol. 11, n. 4, out-dez 1997, p. 3-15.

DUNN, William N. **Public policy analysis: An introduction**. 3. ed. Upper Saddle River, New Jersey: Prentice-Hall, 2004.

DYE, Thomas R. **Understanding public policy**. 11. ed. Upper Saddle River, New Jersey: Prentice-Hall, 2005.

ELIAS, Paulo Eduardo. Reforma ou Contra-Reforma na Proteção Social à Saúde. **Lua Nova**, n. 40/41, 1997, p. 193-215.

FAGNANI, Eduardo. Política Social e Pactos Conservadores no Brasil: 1964-1992. In: **Cadernos FUNDAP – Desafios da Gestão Pública Paulista**. São Paulo: Fundap, set-dez, 1996, p. 59-102.

GARCIA, Ronaldo Coutinho. Subsídios para organizar avaliações da ação governamental. In: **Revista Planejamento e Políticas Públicas**. Brasília: IPEA, n. 23, jun., 2001.

LAURELL, Ana Cristina. Para um novo Estado de Bem-Estar na América Latina. **Lua Nova**, n. 45, 1998, p. 187-204.

LOBATO, Lenaura de Vasconcelos. Reforma do Estado no Setor de Saúde no Reino Unido e nos Estados Unidos. In: **Cadernos ENAP**, n. 13, 1997, p. 79-112.

MELLO, Guiomar Namó. Políticas Públicas de Educação. In: **Estudos Avançados (USP)**, vol. 5, n. 13, 1991, p. 7-47.

MENY, Ives; THOENIG, Jean-Claude. **Las políticas públicas**. Madrid: Ariel, 1992.

MESA LAGO, Carmelo. Desarrollo social, reforma del Estado y de la seguridad social, al umbral del siglo XXI. In: **Revista del CLAD: Reforma y Democracia**. n. 15, outubro de

1999, p 7 – 70.

MILANI, Carlos R. S. Políticas públicas locais e participação na Bahia: o dilema gestão versus política. In: **Sociologias**, ano 8, n. 16, jul/dez 2006, p. 180-214.

MISHRA, Ramesh. **O Estado-providência na sociedade capitalista**. Portugal: Celta Editora, 1995.

NUNES, Edson. **A gramática política do Brasil**: Clientelismo e Insulamento Burocrático. Brasília: ENAP, 1997.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. Educação: Um caminhar para o mesmo lugar. In: LESBAUPIN, Ivo (Org.). **O desmonte da nação**: Balanço do Governo FHC. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 133-152.

PATTON, Carl V.; SAWICKI, David S. **Basic methods of policy analysis and planning**. 2. ed. Upper Saddle River, New Jersey: Prentice-Hall, 1993.

RICO, Elizabeth Melo (Org.). **Avaliação de políticas sociais**. São Paulo: Cortez, 1999.

SAMPAIO Jr., Plínio de Arruda. O impasse da “formação nacional”. In: FIORI, José Luís (Org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis: Vozes, 1999.

SANTOS, Wanderley G. **Cidadania e justiça**. Rio de Janeiro: Campus, 1979. Cap. 1 “Teoria social e análise de políticas públicas”, pp. 11-14, e Cap. 2 “Legislação, instituições e recursos da política social brasileira”, p. 15-44.

SUBIRATS, Joan. **Análisis de políticas públicas y eficacia de la Administración**. Madrid: Ministerio para las Administraciones Públicas, 1994.

VIANA, Ana Luiza. Abordagens metodológicas em políticas públicas. In: **Revista de Administração Pública**, vol. 30, n. 2, mar-abr 1996, p. 5-43.

Referências Complementares

CAVALCANTI, Paula Arcoverde. **Sistematizando e comparando os Enfoques de Avaliação e Análise de Políticas Públicas**: uma contribuição para a área educacional. Tese de Doutorado defendida na Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, 2007.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes á prática da análise de políticas públicas no Brasil. In: **Revista de Sociologia e Política**, v.17, n.15, nov, 2000.

HAM, Cristopher; HILL Michael. **O processo de elaboração de políticas no Estado capitalista moderno**. Campinas, 1996. (tradução para o português de The policy process in the modern capitalist state. Londres, 1993, sob a responsabilidade de Renato Dagnino para uso exclusivo dos alunos do Departamento de Política Científica e Tecnológica da Unicamp).

ROTH, André-Noël. **Políticas públicas**: formulación, implementación y evaluación. Bogotá: Ediciones Aurora, 2006.

SANTOS, Wanderley G. **Cidadania e justiça**. Rio de Janeiro: Campus, 1979. Cap. 4 “Teoria do laissez-faire repressivo à cidadania em recesso”, p. 71-82, e Cap. 5 “Acumulação e equidade na ordem autoritária brasileira”, p. 83-123.

Disciplina 5 – Planejamento Estratégico Governamental

Ementa

Introdução ao Planejamento Estratégico. Aspectos Gerais e Históricos. O Desenvolvimento Planejado. Evolução do Planejamento no Brasil. Abordagem Crítica do Modelo Brasileiro de Planejamento Governamental. Plano Plurianual.

Referências Básicas

ALMEIDA Paulo R. **A experiência brasileira em planejamento econômico**: uma síntese histórica, 2004. (Mimeo).

CRISTO, Carlos Manuel Pedroso Neves. Prospectiva estratégica: instrumento para a construção do futuro e para a elaboração de políticas públicas. **Revista do Serviço Público**, Ano 54, n.1, jan/mar, 2003.

ETKIN, Jorge. **Política, Gobierno y Gerencia de las Organizaciones**. Buenos Aires: Prentice Hall, 2000.

FISCHMANN, Adalberto A.; ALMEIDA, Martinho I. R. de. **Planejamento estratégico na prática**. São Paulo: Atlas, 1995.

LIMA, Blanca Olias de (Coord). **La Nueva Gestión Pública**. Madrid: Pearson Educación S.A., 2001.

MATUS Carlos. **O método PES**. São Paulo: Fundap, p. 51-100, 1995.

_____. **Adeus senhor presidente**: governantes governados. São Paulo: Fundap, p. 19-70, 1996.

MINTZEMBERG, Henry. **Safári de estratégia**. São Paulo: Bookman, 1999.

_____. **Ascensão e queda do planejamento estratégico**. São Paulo: Bookman, p. 183-256, 2004.

MINTZEMBERG, Henry; JORGENSE, Jan. Uma estratégia Emergente para la Política Publica. In: **Gestión y Política Pública**, v. 4, n. 1, México, primer semestre de 1995.

OLIVEIRA, Djalma de P. R. **Planejamento estratégico**: conceitos, metodologia, práticas. São Paulo: Atlas, 1988.

Referências Complementares

MATUS, Carlos. **Política planejamento e governo**. Brasília: IPEA, 1996.

OLIVEIRA, José A. P. Desafios do planejamento em políticas públicas:

diferentes

visões e práticas. In: **RAP**, Rio de Janeiro, n. 40, v. 1, p. 273-88, mar/abr, 2006.

Disciplina 6 – O Estado e os Problemas Contemporâneos

Objetivo

O objetivo desta disciplina é, a partir da análise do contexto brasileiro atual, colocar em destaque problemas de natureza política, social e econômica cujo equacionamento não poderá ocorrer sem uma ativa participação do Estado; seja por intermédio de políticas públicas focalizadas, seja através da geração de um ambiente que permita um processo de negociação mais adequado entre os atores com eles envolvidos.

Uma questão a tratar é o processo, que parece estar ocorrendo, de crescente apropriação do público pelo privado. Esclarecer as características desse processo e evidenciar os procedimentos envolvidos, a partir da consideração desse tipo de problemas, é um dos objetivos da disciplina.

Ementa

Problemas de cunho socioeconômico, como os relacionados à distribuição de renda e riqueza; à geração de trabalho e renda; à inclusão social; à realização de reformas; ao aumento da transparência e da participação popular, serão, muito provavelmente, priorizados. As trajetórias das políticas públicas concernentes a esses problemas, e os efeitos da inclusão da agenda neoliberal no seu processo de elaboração, serão estudadas a partir dos instrumentos usualmente empregados para analisar a conjuntura: reformas e coalizões.

- Tema com abrangência nacional, regional ou local definido pela Coordenação do Curso.

Referências Básicas

KLIKSBERG, Bernardo. **Falácias e mitos do desenvolvimento social**. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2001. Cap. 3 “Como reformar o estado para enfrentar os desafios sociais do século XXI?”, p. 69-103.

ITUASSU Arthur; ALMEIDA Rodrigo (Org.) **O Brasil tem jeito?** Vol. 2: educação, saúde, justiça e segurança. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

Referências Complementares

INSTITUTO DNA BRASIL. **50 brasileiros param para pensar a vocação do país**. São Paulo: Instituto DNA Brasil, 2005.

Disciplina 7 – Indicadores Socioeconômicos na Gestão Pública

Objetivo

O objetivo dessa disciplina é a de sistematizar as noções básicas e introduzir as potencialidades e limites da aplicação dos Indicadores nas diversas etapas do ciclo de formulação e avaliação de Políticas Públicas no Brasil. Ao apresentar as diferentes fontes de dados, pesquisas, relatórios sociais e sítios de informação estatística e indicadores procura-se oferecer aos estudantes os insumos básicos para elaboração de diagnósticos socioeconômicos abrangentes que subsidiam a proposição de programas sociais, bem como permitir a construção de sistemas de indicadores que viabilizem o monitoramento contínuo da ação governamental.

Ementa

As atividades de formulação, monitoramento e avaliação de políticas públicas vêm requerendo, em nível crescente, o uso de informações estatísticas e indicadores referidos às diferentes áreas de atuação governamental. Indicadores fornecem bases mais consistentes para justificar a demanda de recursos para um determinado projeto social a ser encaminhado a alguma instância de governo ou agência de fomento, para sustentar tecnicamente a relevância dos programas especificados nos Planos Plurianuais ou para monitorar periodicamente os efeitos da ação governamental. Diagnósticos socioeconômicos com escopo abrangente e com detalhamento geográfico adequado são insumos básicos para orientar o planejamento governamental e para formulação de programas públicos mais ajustados à natureza e gravidade dos problemas sociais vivenciados. Sistemas de Monitoramento, por sua vez, contribuem para a gestão mais eficiente dos programas sociais. Enfim, os indicadores socioeconômicos são a base informacional de Diagnósticos para Programas Sociais e Sistemas de Monitoramento. Além da aplicabilidade nas atividades inerentes à gestão de políticas públicas, nos últimos anos, os indicadores vêm sendo usados para conferir maior transparência, *accountability* e controle social do gasto público. Os órgãos de controle, como as controladorias e tribunais de contas, passaram a

avaliar o desempenho dos programas e dos órgãos públicos com base não apenas na legalidade dos atos, mas nos indicadores de desempenho estabelecidos. Respondendo a essas demandas o IBGE, as agências e departamentos de estatísticas dos Ministérios e várias outras instituições públicas vêm produzindo e organizando um conjunto mais amplo de dados e indicadores sociais, econômicos e ambientais, disponibilizando-o em diferentes suportes e formatos como publicações, CD-ROMs e aplicativos de consulta na Internet.

Conceitos básicos sobre Indicadores Sociais:

- Introdução histórica;
- Indicadores Sociais: do conceito às medidas;
- Indicadores e os diagnósticos socioeconômicos;
- Principais Pesquisas e Fontes de Dados e de Indicadores Sociais;
- Principais produtores de dados e indicadores no Brasil;
- Os Censos Demográficos;
- As Pesquisas Amostrais e Institucionais do IBGE;
- Registros Administrativos, Cadastros Públicos e Dados de Programas;
- Introdução às fontes de dados e indicadores econômicos;
- Dados e Indicadores Econômicos;
- Principais boletins de conjuntura; e
- Principais pesquisas econômicas do IBGE.

Referências Básicas

FEIJÓ, C. et al. **Para entender a conjuntura econômica**. Barueri, Manole, 2008, p. 1-60.

GUIMARÃES, J. R. S.; JANNUZZI, P. M. IDH – Indicadores sintéticos e suas aplicações em políticas públicas: uma análise crítica. **Revista Brasileira**. Est. Urbanos e Regionais, Salvador, 7 (1):73-89, 2005.

JANNUZZI, Paulo M. **Indicadores Sociais**: conceitos básicos para uso na avaliação e formulação de políticas. Campinas: Alínea 2001, p.11-63.

_____; CAVATI SOBRINHO, H. **Informação econômica no Sistema Estatístico Brasileiro**. Bahia Análise & Dados, Salvador, v. 15, n. 1, p. 75-90, 2005.

SANTAGADA, S. **Indicadores sociais**: uma primeira abordagem histórica. Pensamento Plural, Pelotas [01]: 113-142, julho/dezembro, 2007.

Referências Complementares

CARDOSO, Regina L. S. **Elaboração de indicadores de desempenho institucional e organizacional no setor público**. São Paulo: CEPAM, 1999.

CARLEY, Michael. **Indicadores sociais**: teoria e prática. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

CASTRO, M. H. Sistemas nacionais de avaliação e informações educacionais. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 121-128, 2000.

DEDDECA, Cláudio. Conceitos e estatísticas básicas sobre mercado de trabalho. In: Oliveira, C. A. B. et al. **Economia & Trabalho**: textos básicos. Campinas. Ed. Inst. Economia/UNICAMP, 1998.

GARCIA, R. C. **Subsídios para organizar avaliações da ação governamental**. Planejamento e Políticas Públicas, Brasília, 23-7:70,2001.

HAKKERT, Ralph. **Fontes de dados demográficos**. Belo Horizonte, ABEP, 1996. Disponível em: <www.abep.org.br>. Acesso em: 22 jun. 2009.

IBGE. **Indicadores sociais municipais**. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 22 jun. 2009.

_____. **Síntese de Indicadores Sociais**. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 22 jun. 2009.

_____. **Indicadores de Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 22 jun. 2009.

IPEA. **Boletim de Políticas Sociais**. Brasília, 2006.

_____. **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**: Relatório Nacional de Acompanhamento. Brasília, 2005. Disponível em: <www.ipea.gov.br>. Acesso em: 22 jun. 2009.

JANNUZZI, P. M.; GRACIOSO, L. A produção e a disseminação da informação estatística pelas agências estaduais no Brasil. **Revista São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v. 16, n. 3, p. 92-103, 2002.

JANNUZZI, P. M. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. **Revista do Serviço Público**. Brasília 56 (2): 137-160, abr/jun 2005.

MENDONÇA, L. E.; SOUTO DE OLIVEIRA, J. **Pobreza e desigualdade**: repensando pressupostos. Observatório da Cidadania. Rio de Janeiro, n. 5, 2001.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Indicadores de atenção básica à Saúde**. Brasília: RIPSAs, 2002.

NAHAS, M. I. P. et al. Metodologia de construção do Índice de Qualidade urbana dos municípios brasileiros. **Anais do XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Caxambu, setembro de 2006. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_420.pdf. Acesso em: 22 jun. 2009.

PNUD. **Relatório do Desenvolvimento Humano**. Lisboa, 2007. Disponível em: www.pnud.org.br. Acesso em: 22 jun. 2009.

RATTNER, H. **Indicadores sociais e planificação do desenvolvimento**. 2007. Disponível em: www.abdl.org.br/rattner. Acesso em: 22 jun. 2009.

ROCHA, S. **Pobreza**: do que se trata afinal. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 43-76.

SCANDAR, W. J.; JANNUZZI, P. M.; SILVA, P. L. N. **Sistemas de indicadores ou indicadores sintéticos**: do que precisam os gestores de programas sociais? Bahia Análise & Dados, Salvador, v. 17, n. 4, p. 1.191-1201, 2008.

TORRES, H. G. Demografia urbana e políticas sociais. **Rev. Bras. Est. Pop.** São Paulo, v. 23, n. 1, p. 27-42, jan./jun. 2006.

10.2 MÓDULO 2

O módulo específico em Administração Pública é composto por **sete** disciplinas de 30 horas perfazendo um total de 210 horas:

Ord.	Disciplina	C. H.
1	Cultura e Mudança Organizacional	30
2	Metodologia Científica	30
3	Gestão Operacional	30
4	Redes Públicas de Cooperação em Ambientes Federativos	30
5	Comportamento organizacional	30
6	Gestão Logística	30
7	Plano Plurianual e Orçamento Público	30
–	TOTAL DE HORAS/AULA	210

10.2.1 Ementas e Referências de Gestão Pública

Disciplina 1 – Cultura e Mudança Organizacional

Objetivo

A finalidade desta disciplina é dotar os alunos, do Curso de Especialização em Gestão Pública, com conhecimentos de natureza técnico instrumental, no âmbito da problemática do funcionamento organizacional, com particular destaque para os elementos da cultura e mudança organizacional, no contexto da implementação de uma governança que seja efetiva face à alternância dos projetos políticos de governos.

Ementa

A ideia de que a organização é em si mesma um fenômeno cultural, que varia de acordo com o estágio desenvolvimento do ambiente em que se insere, gerou a necessidade de considerar a cultura na implementação das mudanças organizacionais. Tais mudanças, originárias de fatores diversos e configurando-se em tipologias que variam em função das perspectivas de análise que são adotadas, exigem modelos de gestão centrados no entendimento de que as organizações criam suas realidades sociais.

Nas organizações que constituem o aparelho do Estado, aspectos estratégicos da cultura brasileira e a dinâmica de mudanças, vivenciada no mundo contemporâneo, implicam desafios de administrar com efetividade o binômio: descontinuidades administrativas e os processos de institucionalização, vistas como sinalização do desenvolvimento cultural. A cada governo, projetos políticos, construção de governança, com respectivos projetos de mudanças, devem ser implementados considerando como críticas as resistências culturais das estruturas instaladas nos diversos órgãos que compõem a estrutura organizacional.

Duas estratégias de mudanças têm sido definidas e experimentadas de forma mais intensa na administração pública, quais sejam o Desenvolvimento Organizacional – DO, continuamente reprojeto e a Aprendizagem Organizacional – AO, como iniciativa mais recente. Para qualquer uma das estratégias, no entanto, configura-se como fundamental a comunicação interna e externa, na busca de alinhamento das mudanças e comprometimento dos atores participantes. Mudanças Organizacionais: fatos geradores, tipologias e modelos básicos de gestão de mudanças. Os processos de institucionalização em órgãos públicos: a cultura brasileira, e a descontinuidade administrativa. Governabilidade, Projetos de Mudanças e resistências culturais das estruturas existentes. Mudanças, desenvolvimento organizacional e aprendizagem nas organizações públicas. Comunicação – fator estratégico na implementação de mudanças.

Referência Básica

LIMA, Suzana Maria Valle (Org.). **Mudança Organizacional: teoria e gestão**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2003.

Referências Complementares

CLEGG, Stewart R. Tecnologia, instrumentalidade e poder nas organizações. In: **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 32, n. 5, nov/dez. 1992.

FREITAS, Maria E. **Cultura organizacional: formação, tipologias e impactos**. São Paulo; Makron, McGraw-Hill, 1991.

_____. Cultura organizacional: grandes temas em debate. In: **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, jul/set. 1991.

FLEURY, Maria Tereza Leme; FISCHER, Rosa Maria. **Cultura poder nas organizações**. Rio de Janeiro: Atlas, 1991.

_____. Estória, mitos heróis: cultural organizacional e relações de trabalho. In: **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, out/dez. 1987.

HANDY, Charles. **Deuses da administração: como enfrentar as constantes mudanças da cultura organizacional**. São Paulo, Vértice, 1987.

KRAUSZ, Rosa R. **Compartilhando o poder nas organizações**. São Paulo: Nobel, 1991.

MORGAN, Gareth. **Imagens da organização**. São Paulo: Atlas, 1996.

OLIVEIRA, Marco Antônio G. **Como entender a cultura organizacional**. São Paulo: Nobel, 1988.

THÉVENET, Maurice. **Cultura de empresa, auditoria e mudança**. Tradução de Lemos Azevedo. Lisboa: Monitor, 1989.

TAVARES, Maria das Graças de Pinho. **Cultura organizacional: uma abordagem antropológica da mudança**. São Paulo. Qualitymark, 1991.

WOOD JR., Thomaz. Mudança organizacional: uma abordagem preliminar. In: **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 32(3), jul/ago. 1992, p. 74.

Disciplina 2 – Comportamento Organizacional

Objetivo

Esta disciplina visa dotar os alunos com conhecimentos de natureza técnico-instrumental relativos à problemática do funcionamento organizacional, com particular destaque para os elementos de natureza comportamental no contexto do desenvolvimento de uma governança auto-sustentável face à valorização dos ambientes externos das organizações.

Ementa

A visão sistêmica das organizações gerou uma abordagem mais integrada das organizações, internamente e com o meio-ambiente. Assim, o comportamento organizacional teve de evoluir do que foi denominado micro, com ênfase nas estruturas e processos entre e dentro de indivíduos, pequenos grupos e seus líderes, para incluir também uma perspectiva mais macro, com ênfase nas estruturas e processos, entre e dentro dos grandes subsistemas, organizações e seus ambientes.

Para o serviço público, poder e cultura são tratados de forma a implementar culturas de “processo”, capazes de sustentar o desenvolvimento de redes federativas, dentre outras, por meio de processos de institucionalização cada vez mais complexos. Para enfrentar esse desafio novos modelos de gestão devem ser discutidos, novos desenhos organizacionais devem ser experimentados em um contexto formalizado de estruturas organizacionais sedimentadas em uma lógica hierárquica vertical limitada à construção da ordem interna. Os conflitos que se instalam do embate permanente/situacional nessas reestruturações passaram a exigir negociações e tomadas de decisões participativas, de forma constante, em vários níveis de atuação. Finalmente, questões de poder, autoridade e liderança exigem tratamento técnico de forma aprofundada em cada uma das características do líder: traço pessoal, orientação de comportamento ou estilo de gestão.

- Abrangência do CO, micro, meso e macrocomportamento organizacional, no fortalecimento da governança das organizações.
- Poder e Cultura na institucionalização das redes organizacionais federativas.
- Modelos de Gestão e os desenhos organizacionais nas organizações públicas.
- Conflito e negociação no desenvolvimento da governança.
- Poder, autoridade e teorias abrangentes de liderança.

Referência Básica

ROBBINS, Stephen P. **Comportamento organizacional**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

Referências Complementares

BOWDITCH, James L.; BUONO Anthony F. **Elementos de Comportamento Organizacional**. São Paulo: Pioneira, 1992.

DAFT, Richard L. **Organizações Teorias e Projetos**. São Paulo: Pioneira.

Thomson Learning, 2002.

MORGAN, Gareth. **Imagens da Organização**. Atlas. São Paulo, 1996. NADLER, David A.; GERSTEIN, Marc; SHAW, Robert B. **Arquitetura Organizacional**. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

Disciplina 3 – Redes Publica de Cooperação em Ambientes Federativos

Objetivo

Desenvolvimento regional. Conceito e organização de redes. Estrutura, funcionamento e propriedades das redes. A colaboração entre estados e prefeituras para buscar ação grupal com vistas ao desenvolvimento sustentável, à preservação ecológica, ao respeito cultural e à equidade social. A transmissão do capital social (ou doenças transmissíveis) nas redes comunitárias. A estrutura ou a arquitetura mais eficiente para uma rede de organizações. Consórcios intermunicipais. Casos de redes estaduais e municipais. Alianças e parcerias. Concessões. PPPs. Consórcios.

Referências Básicas

BAKER, Wayne. The network organization in theory and practice. In: NOHRIA, Nitin; ECCLES, Robert G. (Ed.) **Networks and organizations: structure, form, and action**. Boston, Massachusetts: Harvard Business School Press, 1992, p. 397-429.

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. (Coords.) **Arranjos produtivos locais e as novas políticas de desenvolvimento industrial e tecnológico**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.

MEYER-STAMER, Jörg. **Estratégias de desenvolvimento local e regional: clusters, políticas de localização e competitividade sistêmica**. Fundação Friedrich Ebert Stiftung. Policy Paper n. 28, setembro de 2001, São Paulo, 2001.

MILES, Raymond E.; SNOW, Charles C. Network organizations: new concepts for new forms. In: **California management review**. California, vol. XXVIII, n. 3, p. 62-73, spring 1986.

TEIXEIRA, Francisco (Org.). **Gestão de Redes de Cooperação Interempresariais**. São Paulo: Casa da Qualidade, 2004.

Disciplina 4 – Gestão Operacional

Objetivo

O que se pretende com esta disciplina, do Curso de Especialização em Gestão Pública, é dotar os participantes com conhecimentos de natureza técnico instrumental, no âmbito da problemática do funcionamento organizacional, com particular destaque

para elementos que viabilizam a execução do plano de ação, sejam eles caracterizados como contínuos ou situacionais no contexto das estruturas públicas e sociais de acompanhamento, avaliação e controle voltados para: (1) a conformidade das ações realizadas e (2) a aprendizagem relativamente ao Plano.

Ementa

Em complementação ao controle das ações executadas, pelos diversos agentes, que hoje são realizadas pelos órgãos do Estado, faz-se necessário preparar os gestores públicos para implementar estruturas e mecanismos que torne viável e efetivo o controle dessas ações também pela sociedade. Em função não só das exigências de controle para prestação de contas dos órgãos da administração públicas, como aquelas mencionadas anteriormente, mas também para gerar informações que permitam a definição das retroalimentações dos planos em vigência, o gestor deve se voltar para o gerenciamento da ação propriamente dita, seja de natureza contínua atribuída pelo arcabouço legal normativo – os processos, como também aquela de natureza situacional – os projetos.

Gerenciar esse conjunto heterogêneo de ações implica exercer, com competência, gestões voltadas para o equilíbrio dinâmico da carga x capacidade que são consideradas as variáveis de importância e urgência das demandas do plano e as restrições operacionais das infraestruturas de recursos e meios, normalmente sujeitos ao rigor de arcabouço legal normativo dos sistemas estruturadores das áreas de apoio (meio). Nesse contexto também há a necessidade de ferramentas específicas para o gerenciamento da conformidade legal e normativa, das ações e seus produtos e resultados e para o gerenciamento de risco operacional inerente a fatores contingenciais que afetam sobremaneira as organizações públicas, a exemplo dos contingenciamentos orçamentários. Finalmente, consta que além dos órgãos de controle da estrutura do legislativo, configura-se como cada vez mais necessária, no próprio executivo, a realização de atividades do ciclo de gestão referentes ao acompanhamento, avaliação e controle da execução. Para que sejam viabilizadas corretivas imediatas e transparentes para sociedade, os sistemas de informação e comunicação – TICs têm se mostrado como imprescindíveis.

- Controle pela Sociedade e pelo Estado e a prestação de contas da administração pública.
- A gestão de processos e projetos e os dispositivos normativos dos sistemas estruturadores das áreas de apoio à execução.
- Gestão de Demanda e de Capacidade instalada na prestação de

serviços públicos.

- Gestão de conformidade e de riscos operacionais face às restrições de recursos.
- Controladoria e Sistemas de Informações – o uso intensivo de soluções de TIC internamente e nas relações com agentes, intervenientes e sociedade em geral.

Referências Básicas

ROBBINS, Stephen P. **O processo administrativo**: integrando a teoria e prática. São Paulo: Atlas, 1980.

VALERIANO, Dalton L. **Gerência em projetos**. São Paulo: Makron Books, 1998.

Referências Complementares

MAXIMIANO Antonio César Amaru. **Administração de Projetos**. São Paulo: Atlas, 2002.

BEUREN, Ilse Maria. O Papel da controladoria no processo de gestão. In: SCHMIDT, Paulo. **Controladoria**: agregando valor para a empresa. Porto Alegre: Bookman, 2002. Cap. 1, p. 15-38.

FIGUEIREDO, Sandra; CAGGIANO, Paulo César. **Controladoria: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 1993.

FITZSIMMONS, James A.; FITZSIMMONS, Mona J. **Administração de Serviços**. Bookman. Porto Alegre. 2000.

LAUDON, Kenneth C; LAUDON, Jane Price. **Sistemas de informações**. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

MIRANDA, Luiz Carlos; SILVA, José Dionísio Gomes da. Medição de desempenho. In: SCHMIDT, Paulo. **Controladoria**: uma abordagem da gestão econômica. São Paulo: Atlas, 1999.

OLIVEIRA, Luis Martins de. **Controladoria**: conceitos e aplicações. São Paulo: Futura, 1998.

Disciplina 5 – Gestão Logística

Ementa

Introdução à Logística. Caracterização das Atividades Primárias e Secundárias da Logística. Nível de Serviço Logístico. Gestão de Compras. Gestão de Estoques. Processo de Negociação com Fornecedores.

Referências Básicas

ARNOLD, J. R. Tony. **Administração de materiais**. São Paulo: Atlas, 2002.

- BALLOU, Ronald H. **Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos**: planejamento, organização e logística empresarial. Porto Alegre: Bookman, 2001.
- BOWERSOX, D. J.; CLOSS, D. J. **Logística Empresarial**: o processo de integração da cadeia de suprimento. São Paulo: Atlas, 2001.
- CHRISTOPHER, Martin. **O Marketing da Logística**. São Paulo: Futura, 1999. DIAS, Marcos Aurélio P. **Administração de Materiais**. São Paulo: Atlas, 1996. MARTINS, Petrônio Garcia; ALT, Paulo Renato Campos. **Administração de Materiais e Recursos Patrimoniais**. São Paulo: Saraiva, 2002.
- NOVAES, Antônio Galvão. **Logística e Gerenciamento da Cadeia de Distribuição**: estratégia, operação e avaliação. Rio de Janeiro: Campus, 2001.
- VIANA, João José. **Administração de Materiais**: um enfoque. São Paulo: Atlas, 2001. Referências Complementares
- ARAÚJO, J. S. de. **Almoxarifados**: administração e organização. São Paulo: Atlas, 1981.
- _____. **Administração de materiais**. São Paulo: Atlas, 1997.
- _____. **Administração de compras e armazenamento**. São Paulo: Atlas, 1998.
- BALLOU, Ronald H. **Logística Empresarial**. São Paulo: Atlas, 1993.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (CF/88)**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005.
- _____. **Lei de Licitações nº 8.666/93**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005.
- _____. **Lei nº 101/2000**, de Responsabilidade Fiscal (CF/88). São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005.
- DIAS, M. A. P. **Administração de materiais**: uma edição compacta. São Paulo: Atlas, 1996.
- _____. **Administração de materiais**: uma abordagem logística. São Paulo: Atlas, 1998.
- GIACOMONI, James. **Orçamento Público**. São Paulo: Atlas, 2003.
- KOHAMA, Heilio. **Contabilidade Pública**: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2003.
- SILVA, Lino Martins da. **Manual de Contabilidade Pública**: um Enfoque Administrativo. São Paulo: Atlas, 2004.
- ROSA, Márcio Fernando Elias. **Direito administrativo**. São Paulo: Saraiva, 2006.
- VIANA, João José. **Administração de materiais**. São Paulo: Atlas, 2002.

Disciplina 6 – Plano Plurianual e Orçamento Público

Objetivo

Esta disciplina visa dotar os alunos do Curso de Especialização em Gestão pública com conhecimentos de natureza técnico-instrumental, no âmbito do funcionamento organizacional, com particular destaque para os instrumentos de gestão

do Estado, no contexto não só do financiamento da capacidade governativa do plano, mas também da revisão das políticas de governo.

Ementa

Uma das tarefas mais importantes de um gerenciamento operacional alinhado às orientações políticas de governo é cuidar do financiamento do plano estratégico de ações, considerando um conjunto de instrumentos definidos em arcabouço legal normativo integrado. Um dos instrumentos é um plano operacional, derivado do plano estratégico, com abrangência para o mandato do gestor do executivo. O controle desse plano não deve somente retroalimentar o plano estratégico, mas também embasar a definição dos recursos orçamentários necessários ao âmbito público.

O orçamento público, sua elaboração, aprovação e gestão, exigem conhecimentos bastante aprofundados do ciclo orçamentário e também a implementação de um sistema de informações que o integre às etapas financeira e contábil, do ciclo de gestão das receitas e despesas. Por estar sustentado em arcabouço legal formado pelas leis orçamentárias, esse instrumento está sujeito à gestão compartilhada de poderes distintos – Legislativo e Executivo – o que faz do orçamento um instrumento de sinalização concreta da capacidade governativa dos órgãos públicos. Por fim, convém destacar que o embate político mencionado anteriormente deve ser acompanhado, se necessário, por revisão das políticas públicas vigentes e ampla disseminação de informações aos demais atores, em particular, à sociedade, para que o controle a ser exercido por ela esteja sustentado em definições atualizadas das prioridades do governo.

- Instrumentos de Gestão do Estado: PPA, LDO, LOA e LRF. Definições conceituais, lógica de interação entre os instrumentos, visão sistêmica externa e governabilidade.
- PPA: função e componentes, gestão do plano, o uso de indicadores de resultados e suportes de sistemas informacionais.
- Orçamentos públicos: evolução histórica e tendências futuras de inovação e sistemas informacionais de apoio à gestão.
- A LDO e LOA a base legal do orçamento público: princípios orçamentários, vedações constitucionais.
- O orçamento no legislativo e as ementas parlamentares; o orçamento no executivo e os contingenciamentos orçamentários; impactos na capacidade governativa e nas políticas públicas.

Referência Básica

GIACOMONI, James. **Orçamento Público**. São Paulo: Atlas, 2005.

Referências Complementares

ARRETCHE, Marta. **Federalismo e Políticas Fiscais no Brasil**: problemas de coordenação e autonomia. São Paulo: Perspectiva, 2004.

BIN, D.; CASTOR, B. V. J. Racionalidade e Política no Processo Decisório: estudo sobre orçamento em uma Organização Estatal. In: **Revista de Administração Contemporânea**, v. 11, n. 3, jul/set. 2007 p. 35-56.

LIMA, Edilberto Carlos Pontes. Algumas observações sobre orçamento impositivo no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 26, jun/dez, 2003.

SIQUEIRA, Thales R. **O Modelo de Gestão dos Planos Plurianuais**: um estudo de caso. Dissertação de mestrado apresentada no Instituto de Ciência Política da UNB. 2006.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. In: **Sociologias**. Porto Alegre, ano 8, n. 16, julho/dezembro, 2006. p. 20-45.

SOUZA, Celina. Construção e Consolidação de Instituições Democráticas: papel do orçamento participativo. In: **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, vol. 15, n. 4, p. 84-97, dezembro de 2001.

10.3 MÓDULO 3

Este módulo é destinado à construção do Trabalho de Conclusão de Curso-TCC, que será a escrita de um artigo científico. Cada orientador poderá acompanhar até 10 cursistas.

		Horária
1	TCC - Artigo	60
– TOTAL DE HORAS/AULA		60

11 SISTEMAS DE AVALIAÇÃO

Pensar em Educação a Distância significa pensar em educação no sentido amplo, situando-a em um contexto econômico, político, social e cultural. Considerando as

profundas transformações pelos quais passa o ensino, neste novo milênio, avaliar é uma forma de estar sintonizado com as tendências e demandas postas pela dinâmica da sociedade, considerando que essa redefine suas relações e interações com a escola.

Segundo Freire (1979), a educação não pode ser meramente um repasse de instruções ao aluno:

“A educação como prática da liberdade não é transferência ou a transmissão do saber nem da cultura; não é a extensão de conhecimentos técnicos; não é o ato de depositar informes ou fatos nos educandos; não é a perturbação dos valores de uma cultura dada; não é o esforço de adaptação do educando a seu meio. Para nós a educação como prática da liberdade é sobre tudo e antes de tudo uma situação verdadeiramente gnosiológica. Aquela em que o ato cognoscente não termina no objeto cognoscível, visto que se comunica a outros sujeitos, igualmente cognocentes”.

Da mesma forma que as teorias educacionais são válidas, no novo contexto, as teorias da avaliação devem ser aplicadas na Educação a Distância. Sendo este Projeto a expressão materializada de saberes socialmente produzidos e, ao mesmo tempo, a reflexão crítica desses saberes, cabe-lhe o desafio de promover o conhecimento e registrar seus resultados, imprimindo um caráter sistemático e processual às ações avaliativas que redefinem a atuação, buscando o rigor da crítica e da reflexão, para pensar novas diretrizes, que levem a um processo continuado.

A avaliação visará principalmente à verificação da aprendizagem do participante, a identificação de suas necessidades e melhoria do processo de ensino aprendizagem, objetivando a qualidade e a realimentação do processo, buscando a interdependência das modalidades diagnóstica, formativa e somativa, com ênfase na sua continuidade e respeitando o ritmo de aprendizagem de cada aluno.

11.1 Avaliação da Aprendizagem

A Avaliação da Aprendizagem será uma constante neste curso, analisando processos e resultados e acompanhando o ritmo de aprendizagem diferenciada. Ela deverá ser permanente, continuada, lançando mão de procedimentos e instrumentos adequados à proposta pedagógica do curso e às necessidades dos cursistas, para garantir o desenvolvimento integrado e contínuo das aprendizagens e competências. As avaliações

incluirão procedimentos de auto-avaliação, avaliação a distância, avaliação presencial, avaliação online e elaboração de um Trabalho de Conclusão de Curso - TCC.

A avaliação terá por objetivo verificar o desenvolvimento do cursista, das competências previstas em cada disciplina e a capacidade de mobilizar conhecimentos e aplicá-los, para colocar situações-problema, delinear hipóteses. Será processual e baseada em atividades individuais e coletivas previstas nas disciplinas. As atividades produzidas serão acompanhadas e avaliadas pelos Professores Formadores com apoio da equipe de Tutores.

Deve ser estimulada discussão virtual acerca das propostas apresentadas, de modo a fomentar a reflexão sobre a influência do estudo na concepção das atividades estudadas. A apresentação da proposta, bem como a participação efetiva no debate coletivo, constituirá critérios de aprovação na respectiva disciplina. Para obter aprovação e a certificação, o cursista deverá cumprir todos os requisitos estabelecidos.

Os participantes serão avaliados pela participação nos encontros presenciais, nas discussões no AVA (Fórum e *Chat*), pela realização das leituras e atividades propostas, pela realização das avaliações online e presenciais, pelas contribuições oferecidas para o desenvolvimento do curso e pela qualidade do trabalho final de cada disciplina. Todas essas atividades serão disponibilizadas no AVA e deverão ser realizados nesse sistema.

Em síntese, em cada módulo serão propostos dois tipos de atividades e dois tipos de avaliação:

- Exercícios de reflexão e auto-avaliação, altamente recomendados, pois têm finalidade formativa e de fixação de conteúdos, permitindo que o participante avalie criticamente o seu processo de aquisição do saber, diagnosticando quais pontos merecem mais atenção de estudo;
- Atividades para avaliação do desempenho do participante ao longo do estudo, constituídas de fóruns, chats, tarefas escritas, pesquisa na Internet, aplicação de conceitos, síntese das leituras realizadas, discussões com os colegas;
- Avaliação Online, com questões de múltipla escolha, proposta no Sistema Moodle;

- Avaliação Presencial realizada após término de cada módulo.

11.2 Avaliação de desempenho do Cursista

Serão distribuídos 100 (cem) pontos em cada disciplina. O Cursista deverá obter, no mínimo, 60% dos pontos distribuídos para aprovação na disciplina. O desempenho do Cursista em cada disciplina, tanto nas atividades de verificação programada, bem como nas avaliações online e presenciais oportunizará a obtenção de uma média final mínima de 60 pontos e 75% da frequência.

O Cursista que não obtiver a média, em cada disciplina, terá oportunidade de reavaliação. Essa reavaliação será oportunizada após 10 (dez) dias da realização da Avaliação Presencial e constará de um trabalho no valor de 50 pontos (disponibilizado no Ambiente Virtual) e uma avaliação online no valor de 50 pontos. A nota anterior obtida pelo cursista será desconsiderada e ele terá que obter a média de 60 pontos para aprovação nas disciplinas do módulo. A Pós-Graduação não contempla recuperação após término do curso.

A realização das atividades a distância servirá também como registro de frequência. Para aprovação em uma disciplina, é necessário que o Cursista tenha realizado, no mínimo, 75% das atividades a distância.

Para diplomação, o Cursista deverá obter desempenho satisfatório em todos os módulos de acordo com os critérios estabelecidos pelo IFNMG, 60% de aproveitamento, e ter o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC aprovado com o mínimo de 60 pontos. A avaliação de cada disciplina será parte integrante dos processos de ensino e aprendizagem e poderá variar em função das orientações dos Professores responsáveis pela disciplina.

11.3 Características gerais de cada modalidade de avaliação

- *AA - Atividades Avaliativas* – Exercícios pertinentes às unidades didáticas. Ao término de cada disciplina, ou a critério do Professor Formador, no final do Caderno Didático correspondente, existe um conjunto de Atividades Avaliativas. A ideia fundamental é que o Cursista possa se avaliar no acompanhamento da disciplina. Têm caráter formativo, podendo se constituir, de acordo com a essência da disciplina e de decisões de ordem pedagógica, de trabalhos enviados para os Tutores e por eles corrigidos, ou de exames a distância, com prazo para retorno das soluções elaboradas.

Às avaliações a distância dever-se-ão atribuir notas. Entretanto, seu peso na nota final corresponde a 30% (trinta por cento).

A interatividade dos Cursistas, entre eles e com o Professor e os Tutores, deverá ser fortemente estimulada na realização dos exercícios avaliativos, visando a implementar processos de ensino e aprendizagem de sucesso, onde serão incentivados a trabalharem em grupo, utilizando a Internet.

- *AP - Avaliações Presenciais* – Realizadas nos Encontros Presenciais, ocorrerão em dias, locais e horários preestabelecidas. As avaliações Presenciais deverão corresponder a 50% (cinquenta por cento) da nota, ou seja, 50 pontos. Haverá apenas uma oportunidade para a realização dessa avaliação, exceto situações que sejam resguardadas pela Lei.
- *AO - Avaliações Online* - Serão realizadas no AVA-IFNMG. Ocorrerão em dias estabelecidos em calendário e apresentarão 15 questões de múltipla escolha que contemplem o conteúdo estudado. A AO compreenderá 20% da nota total (vinte pontos). O cursista terá apenas uma única oportunidade para responder a essa avaliação. Caso haja problema no Sistema ou quaisquer situações que estejam de acordo com a Lei, outra oportunidade será oferecida.
- O Trabalho de Conclusão de Curso -TCC será avaliado em 100 pontos e o cursista deverá obter, no mínimo, 60 pontos para aprovação. Esse trabalho será produzido sem o auxílio de um professor orientador e o cursista será o único responsável pela produção e correção do texto a ser apresentado. Caberá ao Professor Formador da disciplina apenas disponibilizar materiais necessários para auxiliar o cursista na produção. Caberá ao Tutor continuar exercendo o seu papel de mediador no processo.

11.4 Estrutura de Monitoramento e Avaliação do curso

O curso terá uma estrutura própria de Monitoramento e Avaliação permanente, analisando processos e resultados, acompanhando o ritmo de aprendizagem diferenciada.

A avaliação do curso envolverá:

- O monitoramento de todas as atividades realizadas pelos componentes da Equipe do Núcleo de Educação a Distância do IFNMG e deverá ser realizada pelo Coordenador, Professores Formadores, com o auxílio dos Tutores.

- A aplicação de questionários para avaliação da execução do Curso, dos Professores Formadores, Coordenação do Curso, atendimento administrativo e as instalações físicas.
- A equipe de acompanhamento desenvolverá um monitoramento sistemático do Curso, utilizando um sistema informatizado e buscando um acompanhamento ágil e detalhado de todas as etapas do processo. Desse modo, pretende-se garantir eficiência e rapidez nas intervenções necessárias.
- A avaliação será realizada conforme o que preconiza a proposta de avaliação Institucional do IFNMG. A avaliação institucional, processo desenvolvido pela comunidade acadêmica do IFNMG, ocorrerá com o intuito de promover a qualidade da oferta educacional em todos os sentidos.
- Nesse processo, será considerado o ambiente externo, partindo do contexto no setor educacional, tendências, riscos e oportunidades para a organização e o ambiente interno, incluindo a análise de todas as estruturas da oferta e da demanda que serão analisadas. O resultado da avaliação na Instituição balizará a determinação dos rumos institucionais de médio prazo.

Essa avaliação retrata o compromisso institucional com o autoconhecimento e sua relação com o todo, em prol da qualidade de todos os serviços que o IFNMG oferece para a sociedade. Confirma também a sua responsabilidade em relação à oferta de educação superior.

A avaliação abrirá espaço para sugestões e avaliações espontâneas. Todos os profissionais envolvidos no trabalho junto ao IFNMG e estudantes participarão da avaliação institucional.

O curso de Pós graduação em Educação a distancia será avaliado em todo percurso de sua execução, de acordo com a proposta de avaliação Institucional do IFNMG, que visa avaliar e acompanhar a proposta educacional dos cursos oferecidos na modalidade presencial e com pequenas adaptações para a modalidade a distância.

A avaliação do curso inclui os processos internos e externos, pois a combinação dessas duas possibilidades permite identificar diferentes dimensões daquilo que é avaliado,

diferentes pontos de vista, particularidades e limitações. Diversos instrumentos e métodos combinados serão utilizados, conforme necessidades e situações específicas, focos e aprofundamentos exigidos pela própria dinâmica de atuação do IFNMG .

12 CONTROLE DE FREQUÊNCIA

O desempenho do Cursista, em cada disciplina, tanto nas atividades de verificação programada, bem como nos Encontros Presenciais, deverá ser satisfatório, obtendo uma média final mínima de 60 pontos e 75% da frequência nas atividades. O controle da frequência nos encontros presenciais se dará através da assinatura na lista de presença e, posteriormente, no diário de classe eletrônico da disciplina.

A realização das atividades a distância servirá também como registro de frequência. Para aprovação em uma disciplina, é necessário que o Cursista tenha realizado , no mínimo, 75% das atividades a distância. A plataforma *Moodle* que hospeda o Ambiente Virtual de Aprendizagem do IFNMG, a ser utilizado em parceria, registrará todos os acessos dos alunos e as atividades realizadas. A qualquer hora, o Professor Formador e/ou Tutores poderão solicitar o relatório de acesso e verificar a participação dos Cursistas no AVA.

13 CERTIFICAÇÃO

O CEAD emitirá um certificado de conclusão do Curso de Especialização em Educação a Distância, especificando a carga horária e o currículo, para os participantes que concluírem todos os módulos do Curso. A emissão do certificado dependerá da obtenção de resultados satisfatórios nos módulos. Os resultados serão julgados satisfatórios se o participante:

- Realizar todas as atividades previstas;
- Frequentar, as atividades presenciais oferecidas no decorrer do curso ;
- Participar de todas as atividades de avaliação;
- Obter, no mínimo, 60 pontos em cada disciplina oferecida;
- Produzir e defender, com êxito, o Trabalho de Conclusão de Curso, obtendo, no mínimo, 60 pontos.

O participante será qualificado segundo legislação e normas vigentes em nível de Pós-Graduação *Lato Sensu*. Para que obtenha o certificado do Curso nesse nível ele deverá cursar os 03 (três) módulos previstos, compreendendo uma carga horária de 480 horas.

A certificação será expedida como “*Especialista em Administração Pública*”, após o desenvolvimento de todos os módulos e de acordo com as seguintes condições:

- obtido frequência mínima de 75% em cada disciplina;
- aproveitamento mínimo de 60% dos pontos, sobre 100(cem) em cada disciplina ;
- elaboração e aprovação do trabalho final do curso, com tema livre, relacionado à Administração Pública.

14 INDICADORES DE DESEMPENHO

- Formar profissionais para atuarem na administração pública.

Nos indicadores do Curso de Pós - Graduação *Lato Sensu*, serão aplicados os quesitos de número de alunos a ser formado, índice médio de evasão, produção científica, média de desempenho dos alunos e grau de aceitação do egresso da seguinte forma:

14.1 Número de alunos a serem formados/ Índice médio de evasão permitido

Cada turma será formada com, no máximo, 50 alunos, totalizando 100 alunos e tendo como estimativa que 70% dos participantes concluirão o curso, sendo, portanto, uma evasão média de 30%.

14.2 Produção científica

Espera-se que os participantes, durante o desenvolvimento das disciplinas, possam produzir trabalhos científicos como artigos para serem publicados.

14.3 Resultados Esperados

- Estabelecimento de um diálogo democrático, um encontro de saberes sobre a realidade vivenciada e as teorias estudadas.

- Estabelecimento de discussões de temas e conceitos que possam redefinir, reforçar ou alterar o posicionamento e as estratégias previstas para a administração.
- Compreensão das características e do funcionamento das comunidades virtuais de aprendizagem colaborativa.
- Fomento do uso de novas tecnologias da informação no *Moodle*, aumentando a interatividade entre seus usuários.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Wagner B. Educação a distância e o refinamento da exclusão social. **Conect@** - número 4 - fevereiro/2002. Disponível <<http://www.revistaconecta.com/>> Acesso 30/04/03.

BELLONI, M. L.. **Educação a distância**. Campinas, SP: Autores associados, 2003.

BRASIL. Resolução CNE/CES nº 1 de abril de 2001 ,Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei Federal nº. 9.394 /96, Brasília, MEC, 1996.LDB nº 9.394/96; Institui a Diretrizes e Bases da Educação Nacional

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GIUSTA, A. S.; FRANCO, I. M. (Org.). **Educação a distância**: uma articulação entre a teoria e a prática. Belo Horizonte: PUC Minas Virtual, 2003.

GONZALES, Mathias. **Fundamentos da tutoria em educação a distância**. São Paulo: Editora Avercamp, 2005.

MAGGIO, Mariana. O tutor na educação a distância. In: Litwin, Edith. **Educação a distância**: temas para um debate de uma nova agenda educativa. Porto Alegre:

MORAN, José M.; ALMEIDA, Maria E.B. **Integração das Tecnologias na Educação**. Salto para o Futuro. Secretaria de Educação a Distância. Brasília: MEC, SEED. 2005.

MOREIRA, M.G. **A Composição e o Funcionamento da Equipe de Produção**. In: LITTO, Frederic M.; FORMIGA, Manoel M.M (Org.). Educação a Distância: O estado da arte. São Paulo: Pearson Education do Brasil, p. 372-374, 2009.

NOVA, Cristiane; ALVES, Liynn. (Orgs.). **Educação a distância**: uma nova concepção de linguagem e interatividade. São Paulo: Futura, 2003.

OLIVEIRA, Elza Guimarães. **Educação a distância na transição paradigmática**. Campinas: Papyrus, 2003.

OLIVEIRA, Maria Eliane Barbosa. **Educação a distância**: perspectiva educacional emergente na UEMA. Florianópolis: Insular, 2002.

OLIVEIRA, Ramony Maria da Silva Reis. **Subjetividade e docência virtual**. Revista Extra Classe. 2, v. 2, Belo Horizonte, 2009.

PETERS, Othrs. **Didática do ensino a distância**. São Leopoldo: Unisinos, 2003.

PETERS, Othrs. **Educação a distância**. Porto Alegre: Artmed, 2004

